



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

IVANA MARTINS DA ROSA

**Pedofilização e Infância:
os artefatos culturais e a produção do corpo na infância**

Trabalho de Conclusão de Curso
de Pedagogia/Centro de Ciências Da Educação.
Universidade Federal de Santa Catarina.
Orientadora: Patrícia de Moraes Lima

Florianópolis-SC, Julho de 2014.

IVANA MARTINS DA ROSA

**Pedofilização e Infância:
os artefatos culturais e a produção do corpo na infância**

Trabalho de Conclusão de Curso
de Pedagogia/Centro de Ciências Da Educação.
Universidade Federal de Santa Catarina.
Orientadora: Patrícia de Moraes Lima

Florianópolis-SC, Julho de 2014.

Ivana Martins da Rosa

**Pedofilização e Infância:
os artefatos culturais e a produção do corpo na infância**

Este Trabalho de Conclusão de Curso-TCC foi julgado adequado para obtenção do
Título de Licenciada em Pedagogia e aprovado em sua forma final.

Florianópolis, 03 de julho de 2014.

Profª Drª Maria Sylvia Cardoso Carneiro
Coordenadora do Curso

BANCA EXAMINADORA

Dra. Patrícia de Moraes Lima- Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina-CED

Dra. Roseli Nazario (Membro)
Fundação Universitária de Blumenau

Dr. Giovani D’Lorenzi Pires (Membro)
Universidade Federal de Santa Catarina-CDS

Doutorando-Rogério Machado Rosa (Suplente)
Universidade Federal de Santa Catarina-CED

**“O corpo não é uma máquina como nos diz a ciência.
Nem uma culpa como nos fez crer a religião.
O corpo é uma festa”.**
Eduardo Galeano

AGRADECIMENTO

AS BENÇÃOS

*Não tenho a anatomia de uma garça pra receber
em mim os perfumes do azul.*

Mas eu recebo.

É uma benção.

*Às vezes se tenho uma tristeza, as andorinhas me
namoram mais de perto.*

Fico enamorado.

É uma benção.

*Logo dou aos caracóis ornamentos de ouro
para que se tornem peregrinos do chão.*

Eles se tornam.

É uma benção.

*Até alguém já chegou de me ver passar
a mão nos cabelos de Deus!*

Eu só queria agradecer.

(Manoel de Barros)

Agradeço a todas e a todos que compartilharam comigo os caminhos desse tempo de universidade. Agradeço aos meus filhos Aruã e Cauã meu companheiro Evanely pela presença constante apesar da minha ausência. Agradeço a minha mãe pela vida. Agradeço as crianças dessa pesquisa pelos ensinamentos. Agradeço a Escola Américo Dutra Machado e a Professora Ângela pela oportunidade. Agradeço a Dona Lúcia pela parceria. Agradeço a minha orientadora pelas palavras.

Obrigada.

Resumo

Esse trabalho procura partilhar a pesquisa intitulada **Pedofilização e Infância: os artefatos culturais e a produção do corpo n**

a infância, aonde discuto a questão da erotização e consumo dos corpos infantis. Através desse tema, busquei compreender como os artefatos culturais endereçados às crianças podem efetivamente subjetivar as suas identidades, buscando compreender o corpo da infância na contemporaneidade. Esse trabalho busca uma aproximação com a metodologia de pesquisa pós-crítica e se inscreve como uma proposta de pesquisa etnográfica, onde através da observação participante, procurei conhecer por meio de um grupo focal composto por 4 crianças, sendo 2 meninas e 2 meninos, entre 6 e 8 anos, as práticas culturais que se inscreve na infância através de artefatos culturais a elas endereçados. É uma pesquisa que marca sua inserção nas pesquisas com crianças, buscando assim a participação das mesmas na produção de dados sobre a sua própria vida. Nesse sentido, foram organizadas 3 oficinas no Museu do Brinquedo localizado na Comunidade Chico Mendes/Florianópolis, onde as crianças puderam explorar os brinquedos lá disponibilizados.

Palavras-Chave: Pedofilização-Infância-Corpo-Consumo-Erotização.

ABSTRACT

This work seeks to share research entitled Pedofilização and Childhood: cultural artefacts and production of childhood body, where I discuss the issue of sexualization and consumption of children's bodies. Through this theme, I tried to understand how cultural artifacts addressed to children can effectively subjectivise their identities, trying to understand the body in contemporary childhood. This paper seeks a rapprochement with the methodology of post-critical research and enrolls as a proposal for ethnographic research, where through participant observation, I sought to know through a focus group composed of 4 children, with 2 girls and 2 boys, aged 6 to 8 years, the cultural practices which falls in childhood through cultural artifacts addressed to them. It is a search that marks their involvement in research with children, thus seeking their participation in the production of data on its own life. In this sense, were organized 3 workshops at the Toy Museum located in the Community Chico Mendes / Florianópolis, where children could explore the toys available there.

Keywords: Pedofilização-Childhood-Body-consumption-sexualization.

Lista de figuras

Registro Fotográfico 01- Dona Lúdia e o museu do brinquedo.....	40
Registro Fotográfico 02- Primeiro encontro.....	57
Registro Fotográfico 03- Meninos de um lado meninas do outro.....	58
Registro Fotográfico 04- Consumo.....	60
Registro Fotográfico 05- Celulares.....	63
Registro Fotográfico 06- Celular: extensão do corpo.....	63
Registro Fotográfico 07- Conversa ao telefone.....	65
Registro Fotográfico 08- Entre bonecos.....	70
Registro Fotográfico 09- O Castelo das Crianças.....	71
Registro Fotográfico 10- As Bonecas.....	71

Lista de Abreviaturas

ANPED- Associação Nacional de Pesquisas em Educação

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM- Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

FUNABEM- Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

LBA- Legião Brasileira de Assistência

SAM- Serviço de Assistência ao Menor

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

Sumário

Apresentação	11
Capítulo I- Infância, Corpoe Pedofilização	13
1.1-Caminhos percorridos nos estudos sobre a infância.....	13
1.2 A invenção da Infância e a sua normatização como critério da sua existência.....	15
1.3- A politização dos discursos sobre a infância: os cenários, violências sobre o corpo da infância.....	24
1.4-Corpo e a pedofilização da infância	29
Capítulo 2- Caminhos Metodológicos.....	35
2.1- Construindo aportes para uma pesquisa pós-crítica em educação	35
2.2- O entrelaçamento com as metodologias de pesquisa com crianças	36
2.3- A Comunidade Chico Mendes e o Museu do Brinquedo: encontro com as infâncias	39
2.4- O contexto da pesquisa : o lugar das crianças	42
2.5- Os estudos e pesquisas que se inscrevem na temática.....	47
CAPÍTULO 3- O Corpo Contemporâneo da Infância: algumas reflexões.....	56
Imensidão do mar: jeitos de olhar	75
Referências	78
ANEXO 1.....	83

APRESENTAÇÃO

**"Diego não conhecia o mar.
O pai, Santiago Kovakloff, levou-o
para que descobrisse o mar..."¹**

A pesquisa que apresento, vincula-se as discussões acerca da pedofilização do corpo na infância, tecida por Jane Felipe (2006), onde discuto a questão da erotização e consumo dos corpos infantis. Através desse tema, busquei compreender como os artefatos culturais endereçados às crianças podem efetivamente subjetivar as suas identidades, na tentativa de compreender, através do olhar das próprias crianças sobre essas questões, o corpo da infância na contemporaneidade.

Assim sendo, é inevitável apresentar esse trabalho e ao mesmo tempo justificar a sua existência pelo viés da minha inscrição enquanto professora de educação física da Rede Municipal de Educação de Florianópolis. Minha inserção nesse contexto se deu inicialmente no ensino fundamental (1994) e desde 2003, minha intervenção pedagógica está voltada para a educação física na educação infantil. Nessa trajetória, muitas questões atravessam minha prática pedagógica, sobretudo, o lugar do corpo da infância na contemporaneidade, vem despertando especial interesse.

Essa preocupação, que nasce no chão das unidades educativas, é fruto das experiências reveladas ao longo desses 20 anos de profissão, em contextos de culturas populares, que narram trajetórias de corpos escolarizados, disciplinados, ao mesmo tempo em que, revelam narrativas outras, trazidas pelas crianças para dentro do contexto educativo. Tais narrativas vem substituindo a ideia de ingenuidade infantil² por outras, erotizadas, sendo utilizado para isso, artefatos culturais destinados à infância como as mídias, os brinquedos, as músicas etc. Esses elementos constitutivos das diversas infâncias aceleram essa categoria geracional e ditam os modos de ser criança. Modos esses, que narram discursos que se impõe sobre a construção das suas identidades, anunciando assim do que devem gostar e de como devem proceder. (FELIPE e GUIZZO, 2003)

¹ Poema Eduardo Galeano

²O termo “ingenuidade infantil” se faz com a entrada da modernidade e o surgimento do sentimento da infância. Refere-se a concepção de que a criança é um ser ingênuo, frágil, sem maldade, que necessita de proteção.

Nesse sentido essa pesquisa tem como objetivo conhecer e refletir, a partir do olhar das crianças, as práticas culturais que se inscrevem na infância, procurando fazer uma discussão do corpo da infância na contemporaneidade tendo como escopo a relação com a pedofilização dos mesmos, buscando analisar quais narrativas estão expressas nos artefatos culturais endereçados à infância, que subjetivam as suas identidades.

Dessa forma, o texto desse Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em três capítulos. O Capítulo I- **Infância, Corpo e Pedofilização** abre as discussões acerca da invenção da infância, que se anuncia desde o seu nascimento como sendo ingênua, desprovida e que precisa ser governada. A partir de uma abordagem histórica, procuramos compreender como a sua invenção se dá sob as amarras da sua normatização anunciando a visibilidade sob mecanismos assistencialistas, jurídicos e pedagógicos. Esse capítulo, também apresenta a politização dos discursos, ressaltando a criação do Estatuto da Criança e Adolescente no ano de 1990 chegando à contemporaneidade anunciando a pedofilização dos corpos da infância.

No Capítulo II- **Caminhos Metodológicos**, apresento a metodologia dessa pesquisa, a partir dos estudos sobre pesquisa pós-crítica em educação, centrando as reflexões, a partir das indicações realizadas pelas crianças participantes dessa investigação acerca da pedofilização dos seus corpos.

No Capítulo III- **O Corpo Contemporâneo das infâncias: algumas reflexões**, procura refletir as informações trazidas pelas crianças durante a estado no campo. Trato assim em produzir eco nas vozes das crianças e suas representações diante dos artefatos culturais disponibilizados para as oficinas.

Nesse sentido, essa pesquisa perfaz seu recorte teórico realizando uma imersão nos artefatos culturais que vivenciam as crianças no seu dia a dia, analisando a sua significação a partir do seu próprio olhar, sobre a influência desses em relação à pedofilização dos seus corpos. A alteridade das crianças aponta a possibilidade de redimensionar nosso olhar sobre elas assim como também, sobre aquilo que lhe constitui. Os saberes infantis, carregados das marcas da cultura adulta, possibilitam desvelar os tempos e espaços que compõe os seus jeitos de ser e saber a partir das suas próprias interpretações.

Capítulo I- INFÂNCIA, CORPO E PEDOFILIZAÇÃO

...Viajaram para o Sul.
Ele, o mar, estava do outro
lado das dunas altas, esperando...

1.1-Caminhos percorridos nos estudos sobre a infância

O título desse capítulo provoca atenção especial sobre os anúncios da trajetória histórica narrada pelo tempo, sobre os lugares por onde passou e passam as infâncias e as crianças. Narradas por seus corpos, as histórias vividas são mascaradas e se congregam sob perspectivas que amarram ao processo da cientificidade na lógica da objetividade como critério de verdade ou contemporaneamente através da conquista dos direitos.

A partir dos lugares que foram ocupando, os estudos sobre as crianças vão se estabelecendo de forma a dar conta de explicar a sua presença. Temos então, um período marcado pelos estudos da área da psicologia, sob a expectativa desenvolvimentista, que caminhou praticamente sozinha, sem buscar outras áreas que pudessem ampliar os conhecimentos sobre as crianças. “Daí, o paradoxo de termos as crianças abundantemente (excessivamente?) escrutinadas, analisadas, classificadas como seres biopsicológicos, mas ignoradas como atores sociais, portadores e produtores de cultura”. (SARMENTO e GOUVEA 2008, p.7)

Aos poucos, outros campos de conhecimento vão alargando as discussões em torno da infância sob outras perspectivas teóricas. Sarmento e Gouvea (2008) nomeiam autores que não são estudiosos da área, mas que trazem em suas escrituras, importantes contribuições para alicerçar os estudos sobre as crianças e a infância. Gilberto Freyre, com interesse de escrever a história de um menino, Florestan Fernandes com seus estudos sobre a sociabilidade na atividade de brincar, Benjamin e as análises culturais da criança, Huizinga e seus estudos sobre o brincar e as poesias portuguesas de Fernando Pessoa e Alberto Caeiro, deram visibilidade e importância de ser criança. Com essas e outras contribuições, o campo de estudos da infância vai se edificando sob dimensões interdisciplinares, sob o olhar da sociologia, história, antropologia, psicologia, filosofia etc., e tomando por foco a infância como construção social e a criança acontecimento e sujeito social de direitos.

Assim, os diversos campos disciplinares anunciam seu olhar sobre as infâncias e as crianças, no intuito de desvelar e revelar encontros. Nas aproximações possíveis já produzidas, que se materializam com publicações e pesquisas nos programas de

formação, vamos nos encontrando com a filosofia e com autores como Walter Kohan, Jorge Larrosa, que pensam a criança como experiência, como um *Devir-criança*³, como novidade. As contribuições da sociologia e da pedagogia chegam, sobretudo, através de autores portugueses e brasileiros como Manuela Ferreira, Manuel Sarmiento, Natália Fernandes, Eloisa Rocha Candal, que em suas pesquisas tem a criança como sujeito social de direitos e produtora de cultura.

O encontro com a História se estabelece através de autores como Maria Cristina Gouvea que “busca indicar possíveis registros históricos infantis, no entrecruzamento com os documentos produzidos pelo adulto, a serem registrados pelo pesquisador”. (SARMENTO e GOUVEA 2008, p. 11) Na área da psicologia, além dos clássicos como Vygotsky e Piaget, a contemporaneidade apresenta entre outros autores, Vera Valadares que revela no seu trabalho uma renovação de diálogos estabelecidos com áreas como a sociologia e a antropologia, destacando historicamente os processos de construção da identidade social das crianças. (IBID)

Com as novas formas de comunicação, a contemporaneidade apresenta estudiosos que se debruçam sobre a influência das mídias e os artefatos culturais endereçados a infância. Nesse sentido, Jane Felipe, Leni Dornelles, Ruth Sabat, Solange Jobim, Raquel Salgado entre outros, vem buscando desvelar as práticas culturais impressas sobre o corpo da infância. Nesse crescente interesse pela infância e as crianças a partir dos diversos campos disciplinares, a alteridade infantil ganha destaque, sobretudo na perspectiva da produção cultural, possibilitando a significação do mundo pelos olhos das crianças. Ao mesmo tempo, em que esse discurso passa a fazer parte das pesquisas atuais, vemos inaugurar em paradoxo a alteridade infantil, a ideia de risco social associado à infância e adolescência. Isabel Buges (2010), uma das autoras a problematizar a questão, traz para o debate o conceito de risco social aliada à conformação dos corpos.

As indicações de áreas e perspectivas teóricas aqui anunciadas não finalizam a totalidade existente de pesquisadores que tem se debruçado sobre os estudos das crianças e das infâncias. Importante ressaltar da importância dessas vozes diversas, para que possamos cada vez mais ampliar o debate, tendo as mesmas como parceiras nessas novas descobertas não tendo os nossos discursos uma sobreposição aos discursos das crianças. (Sarmiento e Gouvea, 2008)

³Para Kohan, o devir criança expressa uma linha de fuga da forma hegemônica de ser criança e se constrói na resistência, no acontecimento, na experiência daquilo que vive e fica.

1.2 A invenção da Infância e a sua normatização como critério da sua existência

Fomos conhecendo ao longo dos tempos, a infância predominantemente como sendo ingênua e desprovida de condições de se auto-governar. Não é por acaso que temos esse pensamento arraigado nas nossas trajetórias de vida, tratando de infância no singular, esquecendo que essa se constitui na pluralidade. Dornelles (2008), ao discutir sobre essa questão, afirma que a infância é um produto histórico e social, inventado sob o gerenciamento do adulto. Por outro lado, a autora também chama a atenção de como as crianças vem ao longo do tempo nos escapando, questão essa que discutiremos ao longo desse trabalho.

Voltar na história para entender a *emergência*⁴ da infância, nos provoca encontros com muitos trabalhos que anunciam a sua invenção. Entre eles, podemos citar os anúncios de Philippe Áries (1986), que apresenta nos seus estudos, a visão de criança propagada até o século XVI, como sendo pessoas em miniatura que participavam de todas as práticas sociais, não sendo nem segregadas nem tão pouco preservadas dos ritos da época. Sua criação se dava em meio às experiências vividas por todos que faziam parte do seu entorno. Para esse autor, o sentimento de infância só surge a partir do século XVII na França, onde a ideia de criança passa a ser associada à dependência, fragilidade e inocência, visto que só se saía dessa situação ao sair “da condição de total submissão dos outros”. (DORNELLES, 2008 p. 25).

Sem dúvidas, as pesquisas de Áries foram de suma importância para os estudos da infância, porém, as fragilidades em relação as suas descobertas aparecem quando revelamos a metodologia adotada para tais afirmações. Segundo Lima (2008), é difícil afirmar que o sentimento de infância tenha nascido com a modernidade a partir das fontes usadas pelo autor. O mesmo utiliza-se de uma análise iconográfica, dos trajes, jogos e vocabulários de uma classe abastada. Se confrontarmos com a precariedade das fontes de registro da época medieval, a escolha metodológica feita por Áries impossibilita o acesso de um tempo anterior à modernidade. Lima, citando Heywood considera que,

existem informações disponíveis a partir de outros registros escritos, como por exemplo, dados religiosos, médicos, folcloristas e outros observadores instruídos, que poderão fornecer uma leitura ampliada das transformações ocorridas nas atitudes e comportamentos, bem como, as variações econômicas e regionais da época. Considerando esses fatores, percebemos que a afirmação da ausência de um sentimento em torno da infância no

⁴Termo cunhado por : DORNELLES, Leni Vieira.

período medieval pode estar atrelada à perspectiva dos métodos de pesquisa e, conseqüentemente, ao acesso às fontes. (2008, p. 66)

Outros autores também fazem esses mesmos apontamentos. Kuhlmann Junior revela através de anúncios de Pierre Riché e Daniele Alexandre-Bidon a existência do sentimento de infância antes do século indicado por Àries. Esses estudiosos, “apresentam em seus trabalhos ilustrações e imagens de crianças, de mobiliários, de produção de brinquedos e roupas para os pequenos que demonstram já existir, na Idade Média, um sentimento de infância”. (DORNELLES 2008, p.27)

O fato, é que a partir dessa época, as crianças passam a ganhar maior visibilidade. Essa notoriedade em torno da infância se dá pela própria necessidade da sua existência para a perpetuação da espécie. Nesse período, os registros mostram que mais crianças morriam do que nasciam, tendo assim uma intervenção do estado sobre o governo das crianças. Os discursos higienistas na Europa constituintes daquele momento histórico⁵, narravam à necessidade da preservação da vida das crianças, enquanto que o poder público abraçava a causa em nome da formação de adultos úteis à sociedade. Os discursos colocados, reafirmam a *emergência* da infância como necessária aos novos tempos, a modernidade.

Dessa forma, a invenção da infância através dos discursos médico higienistas, anunciam também a invenção de novas imagens de mães, cuja incumbência passa a ser de cuidar dos seus filhos sem delegar essa tarefa às amas de leite, consideradas responsáveis pelos maus hábitos transmitidos às crianças. Para Dornelles (2008), essa determinação buscava, além de afastar as crianças de influências negativas, investir em populações que fossem utilizáveis com maior chance de sobrevivência.

Sob o controle do estado, a infância emerge como herdeira de um regime político que semeia no seu desenvolvimento também o desenvolvimento da sua nação. Nessa trama de interesses, o estado determina que as crianças possam viver a partir daquilo que julgam como sendo necessário para o progresso. Temos aqui o princípio do biopoder, que segundo Foucault determina o poder sobre a vida do outro, nesse caso, a vida das crianças, ditando verdades sobre a sua produção. (BUGES, 2010).

Foucault ao discutir poder não centraliza a uma instituição, ele atribui essa força a todos os sujeitos, que exercem formas de dominação sobre o outro de forma capilar, perspectivando não somente a dependência, mas também a resistência. Nessa relação, cada sujeito exerce o poder ao mesmo tempo em que o sofre. O poder para Foucault, “se

⁵Século XVIII.

manifesta como resultado da vontade de cada um tem de atuar sobre a ação alheia, - como resultado de uma vontade de potência, diria Nietzsche- de modo a ‘estruturar o campo possível de ação dos outros’, ou seja, governá-los”. (VEIGA-NETO 2004, P.147)

Assim sendo, a centralidade do cuidado da infância pelo adulto, inscreve no cenário que debatemos, sob a perspectiva de poder apontado por Foucault, não só critérios de verdades para a invenção da infância, mas também para a invenção do adulto, que se apresenta com o papel de formador, trazendo para o seu próprio corpo as marcas de como ele deve ser. (LIMA, 2011)

A vida da criança como objeto de governo adentra num cenário, cuja história que passa a ser narrada são de sujeitos biologicamente desprotegidos e incompletos. O Século das Luzes⁶, período de efervescência da infância, começa a tecer a subjetivação das crianças com o compromisso do cuidado e da sua disciplinarização. A *emergência* dos seus corpos nesse novo contexto histórico, político e social atravessa a concepção da ciência positivista, que determina padrões de normalidade. Tudo o que foge a regra, precisa ser corrigido. Essa condição lhe confere o “*status* de infantil”. (DORNELLES 2008, p. 15)

Os princípios liberais difundidos com o nascimento do iluminismo na Europa, adentram ao Brasil trazendo consigo os seus ideais políticos assim como a visão de criança ingênua, desprotegida e incapaz. Nesse contexto desenvolvimentista, as marcas do progresso começam a ser tatuadas também no corpo da infância do nosso país, sendo assim escrita a sua história em relação às práticas de proteção e cuidado com as crianças.

A Roda dos Expostos⁷ aparece como uma primeira iniciativa no campo jurídico e assistencial nessa perspectiva. Criada pela igreja católica, e importada de Portugal, essa prática social tinha como objetivo recolher as crianças que eram consideradas frutos indesejados. O recolhimento das crianças garantia o direito do adulto a sua governabilidade, já que essas podiam ter seu trabalho explorado a partir dos 7 anos. Os meninos eram conduzidos ao trabalho de ferreiro, balconista participando inclusive da construção de embarcações da Marinha, sob disciplina militar e as meninas eram

⁶Século XVIII

⁷A Roda dos expostos no Brasil surge em 1726 na cidade de Salvador na Santa Casa de Misericórdia.

preparadas para casar, aprendendo assim os serviços domésticos em instituições de caridade voltados ao acolhimento de meninas órfãs. (SANTOS, 2007)

Sob a responsabilidade da igreja, as crianças são vistas nesse período como sujeitos que precisam ser preservadas e disciplinadas. Dessa forma, inicia-se a criação de mecanismos de proteção produzidos pelos fios da caridade, assistência e ordem.

Com a industrialização, o Brasil vive um forte processo de urbanização, o que acarreta em problemas sérios de saúde pelo excesso de pessoas nas cidades e pela falta de condições de saneamento básico e moradias adequadas. Esse movimento, desencadeia, a exemplo dos países europeus, um discurso higienista também no Brasil, atingindo sobretudo as crianças. Brito (2014) sinaliza que o processo de assistência à infância teve início com o médico Arthur Moncorvo Filho em 1922, considerado defensor das causas das crianças.

Moncorvo Filho, um defensor aguerrido da organização de serviços públicos nesta área, criticou o descaso do governo em relação à pobreza no setor urbano, chegando mesmo a calcular o impacto negativo que esta falta de atenção teria acarretado para as crianças do país. Seu objetivo era evidenciar a negligência do governo em relação às crianças e sublinhar o quanto tal postura comprometia o futuro da nação. (WADSWORTH apud BRITO, 2014 p. 50-51)

Nesse claro interesse eugênico⁸, o governo sobre o corpo da infância se revela como importante instrumento de controle na busca da limpeza necessária para que as crianças possam crescer fortes e saudáveis, promovendo dessa forma uma sociedade com as mesmas características. Nessas bases, surge a Puericultura do Brasil, compreendida como a “ciência que trata a higiene física e social da criança” (GESTEIRA apud RIZZINI, 1995 p.109)

A infância vai se constituindo sob uma identidade comum, onde o seu nascimento passa a ser a necessidade do outro - adulto de poder sobre si. A *emergência* de conhecê-la, é fruto da necessidade de enquadrá-la em comportamentos estáveis e controláveis, de verdades absolutas que pairam sobre as mesmas, padrões de comportamento com vistas à formação de futuros sujeitos “adaptados” a vida social. (DORNELLES, 2008) Esse olhar científico lançado à infância, lhe concede o lugar de objeto que pode ser controlado, assim como a natureza, por meio de instrumentos que determinam a sua forma “natural” de crescimento e desenvolvimento, instituindo a normalização da sua condição de existência.

⁸ Eugenia: ideologia que busca o melhoramento genético da raça humana. Exemplo claro desse processo foi o Holocausto na Alemanha sob o comando de Adolf Hitler.

Esse novo reordenamento do país desperta o surgimento da intervenção jurídica na esfera de proteção e cuidado com as crianças. Sobretudo, o início do século XX representou um período importante na história da legislação brasileira para a infância. “É grande o número de leis produzidas na tentativa de regulamentar a situação da infância, que passa a ser alvo de inúmeros discursos inflamados nas assembleias das Câmaras Estaduais e do Congresso Federal”. (RIZZINI 1995, p. 111) Porém, segundo a autora, a história também conta que tais discursos oscilavam entre defesa da infância e a defesa da sociedade, trazendo nas diversas vozes de políticos um temor em relação a esses sujeitos, que na concepção de muitos, se traduziam como ameaça ao projeto de modernização.

“O problema da criança” começa a adquirir uma dimensão política, consubstanciada no que muitos denominavam de “ideal republicano” na época. Não se tratava mais de ressaltar a importância, mas sim a urgência de se intervir, educando ou corrigindo “os menores” para que se transformassem em cidadãos úteis e produtivos para o país, assegurando a organização moral da sociedade. (IBID, p. 112)

Nesse cenário, a esfera médico-jurídico intensifica a governabilidade da infância, de maneira que propõe formas de educação que pudessem corrigir os modos das crianças e adolescentes advindas das camadas populares, considerados como sendo “privados do senso moral, predispostos à criminalidade, à vingança e à cólera”. (SANTOS, 2007 p.233) Sendo assim, no ano de 1923, cria-se o Juizado de Menores, sendo José Cândido Albuquerque Mello Matos o primeiro juiz de Menores da América Latina. A partir desse mandato, Mello Mattos idealizou no ano de 1927 o Código de Menores⁹, sendo esse o primeiro da América Latina, com o objetivo de assistência e proteção dos menores.

No que diz respeito a esse Decreto, pode-se perceber uma tendência de punição, onde são criados artigos que buscavam “resolver o problema dos menores, através de mecanismos de ‘tutela’, ‘guarda’, ‘vigilância’, ‘educação’, ‘preservação’ e ‘reforma’ “. (RIZZINI, 1995 p.130) Através da criação de instituições públicas, jurídicas e policiais, o Código de Menores priorizou a segregação dos menores, com vistas à regulamentação dos seus corpos.

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termo econômico de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma ‘aptidão’,

⁹Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927

uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica e para a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, apud SANTOS 1995, p. 235).

O nascimento do Código de Menores de 1927 também legitima o termo “menor” como sendo as crianças e adolescentes provenientes das camadas populares. “Foi para estes que o Estado e o direito pensaram as instituições de recolhimento para menores, porque eles são debilitados psicológica, biológica e socialmente, e estão em desvantagem com os valores da cultura ocidental.(PASSETTI apud BRITO 2014, p. 56)Essa concepção, ainda nos dias de hoje, continua cristalizada na sociedade.

Brito (2014) anuncia no seu trabalho, além da noção de *menores*, também a concepção de *família* que as mudanças em relação à infância desencadeia nesse processo. A autora argumenta que as modificações ocorridas favoreceram para a construção de elementos que subsidiam um ideal de família nuclear, heterocêntrica¹⁰, sendo esse o modelo que servia de interpretação para as tomadas de decisão dos Juízes de Menores. Sendo assim, as famílias eram as responsáveis diretas pelas mazelas vividas na infância daquele momento, podendo através de determinação judicial perder a guarda dos seus filhos.

[...] na medida em que , quando se quiser obter alguma coisa da população- quanto aos comportamentos sexuais, à demografia, ao consumo, etc- é pela família que se deverá passar. De modelo, a família vai tornar-se instrumento e instrumento privilegiado, para o governo da população [...] (FOUCAULT apud DORNELLES, 2008 p. 40)

Cabe destacar aqui o poder que o Código de Menores delega aos juízes de menores, cabendo a eles o direito de legislar sobre os seus corpos, destituindo o Pátrio Poder dos pais, tutelando as crianças para o Estado, sob a sua compreensão moralista, apoiados nas “verdades” científicas da época. As tomadas de decisões dos juízes pautavam-se também nos ideais eugenistas, que se ancorava na valorização da raça. Assim, as ciências humanas respaldam, através dos seus estudos, os meios utilizados para a correção daqueles que são considerados desviantes das normas sociais, se colocando como uma “importante arte de governar”. (DORNELLES 2008, p. 51)

¹⁰Heterocêntrica refere-se ao casal constituído por homem e mulher.

As ciências humanas, com as suas tecnologias disciplinares, objetivam compilar dados sobre o “corpo máquina” e o “corpo espécie”¹¹, organizar dossiês, empreender pesquisas, a fim de torná-los cada vez mais passíveis de regulação e controle. Esses corpos passam a ser, então, um objeto a ser analisado em cada uma das suas partes, para que estas sejam submetidas a um treinamento específico, preciso e calculado, em suma, científico. (IBID, p.51-52)

Os anos 30 do Século XX se mostraram, com as conquistas trabalhistas e o Estado Novo, uma década de atenção intensa sobre as crianças. A Constituição de 1937, anuncia no seu Artigo 127, a preocupação com a infância e adolescência, no que diz respeito as suas condições de vida, atribuindo aos pais o direito de convocar a ajuda do Estado para a criação da sua prole (RIZZINI, 1995). Focados na assistência social e no amparo da população mais pobre, o governo estava preocupado com o projeto nacionalista, que tinha como proposta o “saneamento dos costumes e pelo integral cumprimento dos nossos deveres cívicos” (IBID, p. 137) em detrimento das ideias socialistas e comunistas que faziam parte daquele contexto histórico e que deveriam ser combatidas.

Diante do novo quadro instalado, a criança era central nesse projeto. Em 1936, o Juiz de Menores Sabóia Lima, na Academia Brasileira de Letras, sustentava que era necessário cuidar da criança no sentido da defesa da Pátria, já que “a criança é um dos elementos mais disputados pelo comunismo, para desorganizar a sociedade atual”. (LIMA apud RIZZINI 1995, p. 137). Estratégias políticas foram criadas em torno da assistência social para controlar as populações consideradas desajustadas socialmente.

Perspectivando a criança do presente como o Brasil do futuro, foram tomadas medidas na direção da criação de órgãos nacionais de amparo à infância. Podemos citar como exemplo o Conselho Nacional de Serviço Social, o Serviço de Assistência ao Menor, a Legião da Boa Vontade, Fundação Darcy Vargas, Casa do pequeno Jornaleiro, Casa do pequeno Lavrador, Casa do pequeno Trabalhador e Casa das Meninas.

Dessas entidades, destacam-se aqui, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), em 1941 que atendia adolescentes de ato infracional e o menor carente abandonado, onde ambos eram segregados em instituições que visavam a correção/repressão. Essa entidade ao longo do tempo foi se mostrando como uma ameaça às crianças que eram recolhidas. Conhecido também como “Escola do crime”, esse sistema intensificou a violência sobre as crianças e adolescentes no seu interior. “Os castigos corporais eram

¹¹Segundo Foucault citado por Dornelles (2008), o corpo como máquina, é caracterizado pelo desenvolvimento das disciplinas e o corpo espécie refere-se a população como um todo que é supervisionada por uma série de intervenções e controles reguladores.

uma prática rotineira nas instituições, chegando a assumir proporções de escândalo público em algumas, quando a extrema violência da surra levava à morte do interno”. (RIZZINI, IRMA 1995 p. 281)

Diante desse panorama e influenciado pela Declaração dos Direitos da Criança de 1959, instala-se no país uma Política Nacional de Bem Estar do Menor. Com o processo de urbanização acelerado em busca por emprego, acelerava também o número de pessoas que não tinham acesso aos programas de assistência do governo. Esses problemas desencadearam ações que pudessem sanar as necessidades básicas do menor, passando pela sua reintegração no ambiente familiar, investindo assim no fortalecimento econômico-social da família. (IBID, 1995)

Assim, alguns objetivos foram traçados, entre eles, o desejo de diminuir a internação do menor, visando uma política de reintegração a família. Política sob o lema “Brasil jovem: a base do futuro sem fronteiras, através de uma ‘elite pedagógica’, com um discurso salvacionista, que ia de par com a autocomplacência de um apostolado em prol do resgate da juventude e da família brasileira”. (BAZILIO apud VOGEL 1995, p. 308)

Esse discurso inaugura a Fundação Nacional de Bem Estar ao Menor (FUNABEM) e das Fundações Estaduais de Bem Estar ao Menor (FEBEM) em 1965 com a proposta de “garantir serviços que auxiliem os juízes; formação de profissionais para atuar com menores; atualizar os métodos de educação e reeducação de menores infratores...” (RIZZINI; PILOTTI apud BRITO 2014, p. 58) Porém, com o Golpe Militar de 1964, o que se assistiu foi a internação desenfreada de menores nos mesmos moldes do antigo SAM, onde o menor passa a ser entendido como problema de segurança nacional. Até 1979, quando houve a revisão do Código de Menores, o modelo carcerário para menores se ancorava na reintegração de jovens, através de métodos extremamente violentos.

O novo Código de Menores de 1979¹², depois de muito debate, não foge da linha arbitrária instituída pelo antigo Código de 1927. Adaptado aos novos tempos, ele dispõe sobre a assistência, proteção e vigilância a menores. Traz em seu bojo, o governo das crianças e adolescentes empobrecidos, que tem seus direitos extirpados e que paga duplamente por essa condição. Continua a legitimar a repressão e assistência em troca da sua domesticação.

¹²Lei 6.697 de 10 de outubro de 1979.

Percebe-se até aqui, que a construção dos direitos da infância, percorre um caminho que vai sendo tecido pelas malhas do poder. Em todas as direções, o objetivo aparente é a contenção dos seus corpos com vistas a sua docilização. Os mecanismos de vigilância e punição dizem de um lugar que ao ser habitado se traduz em marcas permanentes inscritas no seu corpo. Os aparelhos ideológicos são colocados na sua direção não como medidas da sua proteção, mas como proteção da sociedade, em relação a si próprios.

Essa visita à história nos permite adentrar na década de 80 e encontrar o início de uma articulação entre as pessoas que defendiam a situação do *menor* no Brasil. Denúncias foram feitas em relação a situação vivida pelas crianças e adolescentes até aquele momento. Essas, “desnadam a distância existente entre crianças e menores no Brasil, mostrando que crianças pobres não tinham sequer direito à infância”, assim como “questionamentos da prática de internar crianças pelo fato de pertencerem à famílias de baixa renda.” (RIZZINI 1995, p. 160)

Os anos 80 do Séc. XX ficaram marcados também pelo aumento das crianças que habitavam as ruas das cidades, ocasionado pela necessidade de melhores condições de sobrevivência. Essas crianças ganham visibilidade por muitos olhares, entre esses, o olhar de Paulo Freire, que anuncia para o mundo a presença dos meninos e das meninas pelas ruas do Brasil.

Essas crianças, em sua maioria, meninas e meninos entre sete e dezessete anos que vivem na rua trabalhando para se sustentarem e/ou para ajudar no sustento de suas famílias, que quase sempre são pobres demais para atender às necessidades básicas de seus filhos. Quando estão na rua, estas crianças são efetivamente desamparadas de proteção familiar e da comunidade, tornando-se, em consequência, vulneráveis à exploração por terceiros e a uma variedade de perigos físicos e morais. (...) A problemática da menina é muito grave por sua dupla condição de abandono e de ser mulher. Na rua ela está mais exposta sofrendo as consequências de como se situa o papel da mulher na sociedade. Na família é rechaçada e o serviço doméstico não é valorizado como trabalho. Além disso, ela sofre as consequências da maternidade prematura, do abandono e da prostituição. (FREIRE, 1989 p. 11-12)

Essa visibilidade permitiu romper o silêncio das lutas instaurados pelo regime militar, e revelou-se uma importante manifestação nacional em prol dessas crianças, traduzindo a preocupação de Freire na nomenclatura do Movimento de Meninos e Meninas de Rua. O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (1985) se constituiu como importante movimento na direção da mudança das leis endereçadas à elas. É a partir das vozes desses meninos e meninas, que ecoam outras denúncias em relação a violação dos seus direitos, mobilizando assim diversos setores da sociedade,

contribuindo para um amplo debate nacional, assim como para o texto final do Artigo 227¹³ da Constituição de 1988 e a revogação do Código de menores, sendo esse substituído pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) de 1990. (BRITO, 2014)

As novas leis emanam um novo paradigma para a condição da infância. A assistência dá o lugar ao direito e as crianças e adolescentes passam a ser vistos perante a lei como sujeitos sociais de direitos. O ECA¹⁴, aprovado em 13 de julho de 1990 procura garantir a proteção integral das crianças e adolescentes, considerando “criança,... as pessoas até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquele entre doze e dezoito anos de idade”. (RIZZINI 1995, 163)

Os avanços em relação ao Código de Menores são perceptíveis em vários aspectos, entre eles Rizzini (1995) destaca o objetivo da lei, que passa da assistência de menores em situação irregular para a concepção de sujeito de direitos, a questão do Pátrio Poder, onde os pais não perdem a guarda dos seus filhos em função da sua condição de pobreza, a não arbitrariedade em relação à detenção de adolescentes, o direito a defesa, a limitação dos poderes dos Juízes de Menores e a participação agora possível da sociedade civil no atendimento a criança e adolescentes.

Os direitos anunciados no ECA e na Convenção dos Direitos das Crianças em 1989 traz a público a necessidade de colocar as crianças numa condição de sujeito de direitos, portanto, agente social. Essas importantes contribuições abrem a possibilidade por parte da infância do seu auto-governo, reconhecendo a sua capacidade de participação efetiva nas decisões que engendram o seu ser e estar no mundo.

1.3- A politização dos discursos sobre a infância: os cenários, violências sobre o corpo da infância

Inegáveis os avanços sob a perspectiva do direito das crianças e adolescentes, a partir dos movimentos sociais, sobretudo do Movimento dos Meninos e Meninas de Rua, nos anúncios estabelecidos através do Estatuto da Criança e Adolescente que produz efeitos de defesa e vai dando outros contornos por onde as crianças habitam. A partir desse marco, busca-se fortalecer a ideia de Proteção integral, assegurando as crianças e adolescentes o “acesso as condições materiais e afetivas de cuidado”.

¹³ “É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

¹⁴Lei 8069

(ZAPELINI 2010, p. 126), sendo promovidas pelo poder público, executivo, legislativo e judiciário em todas as suas esferas e pela sociedade civil. Segundo a autora, o sistema de garantia dos direitos está alicerçado sobre os eixos da promoção, defesa e controle social¹⁵, numa perspectiva emancipatória, e não apenas voltada para as vulnerabilidades e riscos sociais.

Nesse processo, “as ações da rede¹⁶ do Sistema de Garantia de Direitos devem assegurar-lhes os meios de se fazer valer todas as oportunidades que garantam o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social destes”.(ZAPELINI 2010, p. 128) Sem ter a pretensão de discutir a concepção de Rede de Proteção nesse espaço, se faz importante anunciá-la, para melhor compreender a sua atuação nessa nova configuração e naquilo que trazemos para o debate sobre a politização do corpo da infância na contemporaneidade, já que é através desses lugares projetados que se solidificam as ações de cuidado endereçadas as crianças e adolescentes.

Como podemos acompanhar até aqui, o percurso vivido pelos corpos da infância até a contemporaneidade desvelam marcas difíceis de serem apagadas. Essas marcas vão assentando novos discursos e alinhando novos olhares para a infância e a criança, que parecem não desconstruir as muralhas do agenciamento, apenas tentam formatar e contornar os desafios diante das novas exigências da sociedade. Sobre o discurso da proteção, seus corpos vão sendo guardados, sobretudo no que diz respeito a sua sexualidade que, a partir da Constituição de 1988 e da implantação do ECA, despende atenção sobre as práticas de violências sexual contra crianças e adolescentes.

Dessa forma, a politização da infância implanta cenários que vibram ecos sobre esse sujeito que agora se convencionou pela assistência e pelo direito e que se estabelece por narrativas contemporâneas que transitam nas esferas *jurídico-normativo, médico-patológico e pedagógico-assistencialista*. (SOUSA e LIMA, 2004)

Nesse sentido, os discursos jurídico-normativo, através do ECA, centram suas certezas na (re) educação da infância, atualizando e qualificando suas formas de governo. O caráter formativo implantado se fortalece no discurso pedagógico-

¹⁵Promoção: formulação de políticas públicas; Defesa: responsabilização do Estado, da sociedade e da família; Controle Social: espaço da sociedade civil articulada em fóruns, frentes, pactos, etc. Vigilância dos preceitos legais.

¹⁶“As redes são tecidos sociais que se articulam em torno de objetivos e focos de ação comuns, cuja teia é construída num processo de participação coletiva e de responsabilidades compartilhadas, assumidas por cada um e por todos os partícipes. As decisões são tomadas e os conflitos resolvidos democraticamente, buscando-se consensos mínimos que garantam ações conjuntas”. Ver: Faleiros apud Zapelini 2010, p. 129.

assistencialista, aonde assume papel vital, numa relação de soberania do adulto sobre as crianças, tornando-as passíveis de proteção e cuidado. O discurso médico-patológico favorece as práticas que expulsam aquilo que se considera não fazer parte da infância, centrado na afirmação de um *dever-ser*. (LIMA 2011) Para autora, esses saberes tem como características comum a captura das crianças e adolescentes tornando-os adaptados aos discursos dominantes.

Esses discursos que se pautam em concepções desenvolvimentistas-naturalistas ainda transitam nos dias de hoje e reverberam os lugares da infância na contemporaneidade traduzindo-os como sendo de risco e vulnerabilidade social, descaracterizando as intenções iniciais de emancipação, atribuídas às ações das Redes de Proteção e Cuidado. A bandeira dos direitos das crianças ainda é hasteada sob a concepção da imaturidade e minoridade. A ciência é o balizador das normas que estabelecem como deve ser a criança nos dias atuais, aonde o adulto pensa por ela os modos de sua emancipação. A falta de razão instituída à criança, lhe confere o estado de invisibilidade da sua própria existência. (LIMA, 2006)

Bujes (2010), revela um olhar desconfiado para as práticas de cuidado endereçadas as crianças e adolescentes na contemporaneidade. A autora, citando Ewald, questiona o conceito de risco que ampara os discursos que legitimam a necessidade das medidas de proteção. “A palavra risco é entendida como perigo, algo que pode causar malefícios, dor, prejuízo de diversas ordens, estando associada à ideia de uma ameaça objetiva- podendo anunciar o prenúncio de um acontecimento negativo”. (BUGES, 2010 p. 160) Dessa forma, risco não é ainda realidade.

A invenção da infância, como vimos até aqui, se constitui nessa narrativa de risco, onde as medidas cautelares investem na correção das posturas consideradas impróprias para cada momento histórico vivido pela sociedade. Essa invenção, através de comportamento padrão, inventa também a necessidade da proteção não em causa própria, mas na tentativa de alcançar o que determinam como sendo o bem e o mal.

Em suma, os mecanismos de segurança operam uma proliferação/fabricação de riscos que são confrontados com uma forma de normalização que parte de uma definição do normal e do anormal, segundo curvas de normalidade. Parte-se do normal, considerando certas distribuições mais normais ou mais favoráveis do que outras. “Essas distribuições servirão de norma. O normal vem primeiro, a norma é dele deduzida” (FOUCAUT apud BUGES2010, p. 169)

Tais discursos tendem a fortalecer o exercício do poder para conduzir a conduta das crianças a partir de mecanismos de segurança social. (BUGES, 2010) A Rede

de Proteção da Infância no Brasil parece estar mergulhada nessa perspectiva de risco social, trazida pela autora. A pobreza, mais uma vez, passa a ser determinante para ações em relação as crianças e adolescentes, com vistas a sua governabilidade. Não é a toa que no imaginário coletivo a ideia de menor ainda está associada a marginalidade daqueles que não tem seus direitos de fato atendidos. Socorrer a infância para não sucumbir o desenvolvimento do país ainda sustenta as medidas que buscam o padrão de normalidade baseada na correção dos seus corpos.

A contenção aparece associada aos interesses políticos e econômicos. Os programas acionam a garantia dos direitos alicerçadas na condição de uma sociedade moralmente controlada. Estariam então, as políticas de proteção na base do direito ou no controle e governabilidade da infância? A sociedade tem se preocupado com os riscos que supostamente podem vir a acontecer e esquecem daquilo que já não está mais no âmbito da suposição e sim no terreno da realidade.

As políticas de proteção, em grande medida, se ocupam com o conceito de criança pautada no vir-a-ser, não tendo elas a necessidade do cuidado somente no seu presente, mas também vislumbrando os riscos que possam anunciar para outros sujeitos quando se tornarem adultas. Por isso é preciso desde já conformar, governar as suas identidades para que no futuro possam se tornar cidadãos de boa conduta moral.

Precisamos nos atentar para os “tratados” que se anunciam na perspectiva de uma infância homogênea, justificando-se através de dados estatísticos a vigilância coletiva dos seus corpos com o intuito da incorporação de regras socialmente aceitáveis. Da forma como são conduzidas as discussões políticas, sob a perspectiva da tutela, as crianças não participam das decisões a seu respeito, são excluídas do poder de decisão da sua própria vida.

As crianças tornam-se alvo deste poder sobre a vida e destas “operações que administram corpos e visam a gestão calculista da vida: tornam-se objetos de operações políticas, de intervenções econômicas, de campanhas ideológicas de moralização e de escolarização, de uma intervenção calculada. (BUGES apud DORNELLES 2008, p. 51)

Inventa-se a infância, ao mesmo tempo em que se criam instrumentos de chancela sobre a sua incapacidade de viver sem formas de contenção. A visibilidade da infância anuncia também a sua naturalidade, homogeneidade, sendo essas cunhadas nas diversas vozes adultocêntricas, nos artigos, parágrafos, incisos das leis que sancionam as marcas corporais dos meninos e meninas existentes no mundo. Institui-se a defesa das crianças em troca da sua obediência.

Ancoradas sob a perspectiva da Gestão do Cuidado¹⁷, Sousa e Lima (2004), apontam que os discursos aqui retratados, entre tantos outros, reafirmam que as práticas de proteção instituídas, ainda são insuficientes diante das demandas atuais. Denunciam através da pesquisa realizada em 2003-2004, junto a uma Rede de Atendimento às crianças vítimas de violências, a escassez dos investimentos para o atendimento das infâncias violentadas, gerando assim, novas violências contra os meninos e meninas. Para as autoras, ainda há carência no que tange às prioridades nas ações de enfrentamento, assim como na efetivação de diretrizes na prevenção, apoio de defesa dos direitos das crianças.

Essa insuficiência nas políticas públicas, revelam a perda do acolhimento diante das múltiplas formas de violências que se instalam, priorizando uma acomodação social. Essa se apresenta como uma lógica esquartejada de proteção e atendimento as infâncias, mergulhada num discurso de incapacidade de superar os abandonos das crianças, que se legitimaram pela busca da dominação, aonde os adultos foram instituindo formas de recusa das crianças buscando viver longe daquilo que lhe diferencia. (Sousa, 2006) Nesse sentido, a contemporaneidade se reinventa e cria outras formas de abandono, cunhadas nesse passado que ainda avaliza a negação do que não me constitui. Essa renovação nas práticas de abandono e violência contra crianças e adolescentes muitas vezes aparecem veladas diante dos nossos olhos.

Sousa (2006), ao discutir o abandono, aponta formas contemporâneas que passam por vezes despercebidas, naturalizadas ou ignoradas. A autora cita entre tantas, a menoridade penal, a inferiorização das crianças negras, o abandono das crianças pobres, o abandono afetivo das crianças das classes abastadas, a recusa das crianças deficientes, o abandono nos redutos escolares, o abandono das crianças vítimas de minas terrestres, o abandono pela incapacidade institucional de proteger e cuidar das crianças. Incluiria nessa sequência, o abandono provocado pela exposição erotizada do corpo da infância. Os abandonos segundo Sousa, parecem “se sobrepor as acolhidas”. (2006, p.21) Nesse sentido, os abandonos se caracterizam também como estratégias de dominação.

¹⁷Para Sousa e Lima (2004, p.6), “a gestão do cuidado se materializa pela qualidade das relações que são tecidas entre os sujeitos imersos num dado contexto, abraçados por circunstâncias análogas. Nestas relações, há espaços para a manifestação da corporeidade sentida, tanto em suas necessidades imediatas, quanto em suas aspirações imaginárias. Há lugares para o experimentar mútuo do reconhecimento da legitimidade do outro, na convivência (Maturana, 1997).

Na medida em que as crianças vão escapando da governabilidade adultocêntrica¹⁸, vão sendo sentenciadas a práticas culturais das mais diversas ordens que discursam sob o ponto de vista de padrões que tendem a docilizar as suas condutas, sendo sentenciadas a viver sob a tutela dos que julgam capaz de conformá-las. Essas posturas adultocêntricas propagam formas de violência, sejam elas abominadas por discursos que condenam os maus tratos à infância e a adolescência ou por discursos outros que regularizam o que podemos chamar de violência consentida¹⁹, diante das exigências dos novos tempos. As clausuras contemporâneas emergem a partir da percepção que a infância moderna não é a única a se tornar emergente. As crianças vão escapando ao controle e reverberam formas de ser e estar no mundo que ultrapassam aos conhecimentos que já possuímos sobre elas.

A *emergência* agora solicitada para a infância, está na ordem da visibilidade e do combate às formas de violência inventadas para o seu controle. Há de se pensar nas crianças não como um sujeito em submissão eterna, como um dever-ser, mas como novidade. A infância nos convida a pensar no seu aspecto inovador, como afirma Larrosa, (2000) quando uma criança nasce um outro aparece em nós. E é um outro, não a partir do que colocamos nela. “Desse ponto de vista, uma criança é algo absolutamente novo que dissolve a solidez do nosso mundo e que suspende a certeza que nós temos de nós mesmos.” (LARROSA 2000, p. 187)

Nesse sentido, há de se desconstruir a concepção de infâncias e crianças homogêneas que centram seu desenvolvimento a partir de uma visão científica, que cria padrões de normalidade, recusando o que dele se diferencia. Há de se refletir nos modos de subjetivação que endereçamos as crianças perspectivando o poder sobre elas, com vistas há uma gestão do cuidado que prioriza o acolhimento encharcado de afetividade, gestado sobre os direitos de cada criança e adolescente, exorcizando toda forma de recusa as diferenças.

1.4-Corpo e a pedofilização da infância

Como vimos até aqui, assistimos no decorrer da história o alinhamento do conceito de infância centrado num lugar de incapacidade, ingenuidade e sem

¹⁸Governo das crianças sob a perspectiva da visão e interesse do adulto.

¹⁹Arrisco-me com esse termo expressar formas de violências consideradas naturais que passam despercebidas diante dos interesses que circunscreve a sua prática. Refiro-me entre outras práticas a pedofilização do corpo da infância, tema central nesse trabalho.

sexualidade. Esses atributos concedem às crianças a tutela sob a perspectiva de barganha, numa relação de proteção e usurpação dos seus direitos. Felipe (2006, p. 205) afirma que, “ a partir de tais concepções, a erótica infantil foi invisibilizada ou mesmo negada”, não sendo até os anos 90 do século XX, a prática de abuso sexual contra crianças uma preocupação do poder público e da sociedade em geral. Somente a partir da Constituição Federal de 1988 e do ECA em 1990²⁰, essa prática passa a ser crime e entra na agenda de prioridades das instituições que congregam as Redes de Proteção.

Essa nova representação de infância expressa modificações no que diz respeito aos seus direitos básicos, sendo que as questões ligadas à violência e relações sexuais entre as crianças e adultos ganham notoriedade. Dessa forma, a sexualidade das crianças passa a ser fiscalizada de maneira intensa pela sociedade, sobretudo através das práticas que incidem de diferentes maneiras sobre o corpo da infância. Assim, as significações dadas ao corpo, são atravessadas pela sexualidade, sendo essa uma invenção social que se constrói a partir de discursos em torno do sexo que regulam, normatizam e produzem “verdades” em torno dos sujeitos que as vivem. (LOURO,2000)

A politização da infância tem oportunizado a denúncia, tornando-se cada vez mais frequente ouvirmos noticiar através da mídia, os crimes sexuais bárbaros cometidos com crianças e adolescentes, confirmando a urgência do combate ao pedófilo e a prática da pedofilia. Felipe (2006) nos apresenta números alarmantes, que coloca o Brasil em 4º lugar no *ranking* de material pornográfico produzido com imagens de crianças e adolescentes submetidas a todas as formas de violência, o que justifica a preocupação da sociedade com esse crime. O panorama nacional e mundial requer um olhar de cuidado e combate contra os abusos e exploração sexual infantil.

Esse olhar de cuidado, segundo a autora, deve se voltar também para a legitimidade de práticas sociais contemporâneas que acionam os corpos da infância de forma extremamente sedutoras, sobretudo através das mídias. “É possível verificar que a representação de pureza e ingenuidade, suscitada pelas imagens infantis veiculadas pela mídia, tem sido substituída por outras extremamente erotizadas, principalmente em relação às meninas”. (FELIPE 2006, p. 124)

²⁰ Textos que tratam das práticas de abuso, violência e exploração sexual de crianças e adolescentes:

Constituição Federal 1988: Art. 227 § 4.º.

Estatuto da Criança e Adolescente: Lei Nº 11.829 de 25 de novembro de 2008- Artigos 240, 241, 241A, 241B, 241C, 241D, 241E.

A partir de 2009 com a reformulação do Código Penal, a lei se tornou mais rígida em relação às práticas de violência contra crianças e adolescentes. Lei Nº 12.015, de 7 de agosto de 2009.

A erotização do corpo da infância, aliado ao consumo e as contradições de cuidado frente as Redes de Proteção desencadeiam uma discussão na qual Felipe (2006) chama de Pedofilização da Infância. Ao anunciar esse conceito, a autora adentra a possibilidade da violação dos direitos das crianças e adolescentes, estabelecidos na legislação atual assim como anuncia uma nova forma de violência sexual.

A pedofilização penetra uma discussão sobre o corpo enquanto um constructo social, político e cultural, aonde a concepção de corpo vai sendo tecida nas relações com o outro nos diversos contextos vividos. Diferente da compreensão de muitos, aonde o corpo é somente biológico, e por isso “natural”, o debate inaugurado por Felipe (2006) enreda a percepção do corpo como à própria identidade social.

Cabe, portanto, destacar que o conceito de identidade deve aqui ser tomado algo impresso pela cultura, na medida em que identidades são nomeadas a partir de um determinado contexto, e de expectativas que se criam em torno delas, como por exemplo ser homem ou mulher, ser homo ou heterossexual. Desta forma, é possível afirmar que nossas identidades são constituídas culturalmente e estão fortemente vinculadas às práticas sociais. (FELIPE, 2006, p. 253)

Desta forma, o corpo não é perpétuo. Ele vai sendo gestado de acordo com as condições de vida e as possibilidades culturais na qual está inserido, e dessa forma vai ganhando seus contornos e marcas que constrói, destrói ao mesmo tempo em que se reconstrói, refletindo assim os interesses da sociedade. Essa mutação nos arremessa para tempos históricos que atravessam o percurso que circunscreve a história do corpo e que reflete no tempo presente. Vamos, através do nosso corpo, construindo adequações que normatizam comportamentos, incorporando assim modos de ser e estar no mundo civilizado. O corpo inscreve o que somos. Para Louro, (2000, p.11):

Precisamos de algo que dê um fundamento para nossas ações e, então, construímos nossas "narrativas pessoais", nossas biografias de uma forma que lhes garanta coerência. Para Weeks é aqui, justamente, que o corpo se torna a referência central e qualquer forma, investimos muito nos corpos. De acordo com as mais diversas imposições culturais, nós os construímos de modo a adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos, morais, dos grupos a que pertencemos. As imposições de saúde, vigor, vitalidade, juventude, beleza, força são distintamente significadas, nas mais variadas culturas e são também, nas distintas culturas, diferentemente atribuídas aos corpos de homens ou de mulheres.

Não nascemos masculinos e femininos, vamos aprendendo a ser pelos modos nos quais nos ensinam como ser homens e mulheres. Assim como nos ensinam que devemos gostar do sexo oposto e manter uma relação heterossexual, garantindo dessa forma a perpetuação da espécie. A lógica implantada sobre o corpo é binária, não

havendo espaços para outros modos de ser. “A ordem “funciona” como se os corpos carregassem uma essência desde o nascimento; como se os corpos sexuais se constituíssem numa espécie de superfície pré-existente, anterior a cultura”. (LOURO 2004, p. 81)

Numa relação de poder, o corpo impõe resistência por formas e contornos diversos que extrapolam os ditos dos padrões da moral. São inventados e reinventados, são transgressores, fogem e se transformam em outros, criando linhas de fugas da regulação imposta. Ao mesmo tempo, as formas de controle sobre eles, também se renovam. Corpos que se inventam a partir das circunstâncias culturais vividas. De um lado os corpos “diferentes”, “desviantes” que precisam ser corrigidos e do outro, corpos “normais”, “comuns” que são produzidos de forma arbitrária por artefatos e atitudes como sendo adequados e legítimos. (LOURO 2004)

A entrada do século XX, com o acelerado processo tecnológico e novas imposições culturais, dita ao corpo um novo paradigma. Passamos a incorporá-lo como objeto de consumo, erotizado, que sofre com a ditadura da beleza, num infinito desejo de atraso do envelhecimento. O consumo desenfreado, também sugere que o corpo maduro não tenha a mesma valoração do corpo “novo”. O padrão exigido passa a representar à perspectiva de um corpo magro, branco, jovem e sensual desqualificando tudo aquilo que foge desse modelo, achando feio o que não é espelho. Os novos discursos vão habitando nos corpos de modo que se acomodam, carregando-os como sendo o seu próprio sangue. (BUTLER apud LOURO, 2004)

Nossos corpos representam a nossa marca. São significados na cultura e vão se atualizando por ela própria. “Na contemporaneidade, podem ser entendidos como mensageiros, produzidos na pluralidade de culturas e práticas educativas” (FELIPE, 2006, p.258) , que não se resumem aos espaços institucionalizados.

A história cobre e descobre os corpos de forma que vão noticiando a sua trajetória, seus contornos. Os novos tempos provocam,segundo Câmara 2007, fissuras na arquitetura montada para as crianças. O projeto de pedagogização, legado do iluminismo, tem sofrido expressivas transformações na configuração da sociedade contemporânea em função do acelerado consumo e avanço tecnológico. Embasada por pesquisadoras como Felipe (1998, 2005a), Steinberg e Kincheloe (2001), Walkerdine (1999) a autora pondera que essas novas concepções de infância produzidas nas e pelas relações de consumo, tem anunciado que

a escola não é mais o único espaço de aprendizado dos valores e significados culturais. Isso significa apontar que, se a pedagogia teve que inventar uma criança e uma infância para o projeto moderno civilizador, certamente as instâncias midiáticas *reinventam* uma criança para o consumo de seus produtos: as crianças não aparecem mais como inocentes e, principalmente, imaturas. Por exemplo, nas propagandas publicitárias os meninos entendem tudo de computadores, e os sistemas digitais, e as meninas aparecem como pequenas mulheres provocantes, preocupadas com seus corpos, desfilando, fazendo poses e demonstrando que sabem bem o que querem no momento das compras.

O universo infantil passa a ser alvo do consumo, as crianças se transformam em consumidoras em potencial, ao mesmo tempo em que se tornam objetos de desejo a serem consumidas. (FELIPE e GUIZZO, 2003) O corpo infantil passa a ser alvo de investimentos, exaltação. Retomemos aqui o conceito inicial de pedofilização, que se inscreve nesse campo de consumo e erotização que constrói um corpo, ao mesmo tempo em que provoca efeitos que incidem no apagamento do ser criança.

Nasce desse entrelaçamento, um novo corpo da infância que se atualiza nas teias dos artefatos culturais que tecem a sua subjetividade, constituindo assim, uma relação de poder sobre os mesmos. Segundo Felipe e Guizzo (2003, p. 128),

os corpos vêm sendo instigados a uma crescente erotização, amplamente veiculada através da TV, do cinema, da música, em jornais, revistas, propagandas, *outdoors*, e, mais recentemente, com o uso da internet, tem sido possível vivenciar novas modalidades de exploração dos corpos e da sexualidade. (...) especialmente em relação às meninas, como apontou Valerie Walkerdine (1999). Segundo ela, garotinhas atraentes e altamente erotizadas têm sido visibilizadas em propagandas que refletem maior similaridade com imagens da pornografia infantil do que com imagens “psicoeducacionais”.

Nesse processo, as crianças estão colocadas como centralidade. Através dos seus corpos e sexualidade, são construídas pelos ideais de uma sociedade de consumo, que fabrica a estética a ser perseguida. O corpo esculpido na lógica do mercado remete a imagem de corpos infantis, onde permanecer criança é o desejável. Os conceitos de beleza e sensualidade, certamente não estão vinculados a maturidade, sendo então o corpo jovem a representação da necessidade de consumo. (NUNES, 2009)

Esses conceitos refletem sobre o cotidiano das crianças, na forma de roupas, maquiagens, sapatos, brinquedos etc. Dessa forma, “as crianças e os adolescentes são chamados culturalmente a participar e a desejarem tudo isso. Assim elas admiram e desejam que seus corpos sejam de um modo correspondente ao que é valorizado”. (IBID, p.45) Essa exposição e exploração atravessam a construção da infância e naturalizam os discursos de como as crianças devem ser.

O próprio corpo é esculpido na cultura, de forma que sutil e naturalmente adere às expectativas construídas para si. Transformá-lo naquele corpo que ilustra a propaganda de bebidas, chinelos, ou qualquer coisa, desde que remeta ao que é veiculado pelos meios de comunicação, é experimentar as sensações prometidas no universo midiático e agregar valor a ele.(IBID, p.45)

Brinquedos e brincadeiras passam a ser precocemente substituídos por bolsas e maquiagens. A ludicidade dá lugar à forma dos modos de agir característicos do mundo do adulto. O que vem e ouvem através dos artefatos a que estão submetidas, determinam a sua subjetividade provocando um “borramento” da fronteira entre ser adulto e ser criança. (FELIPE 2006)

Ao disponibilizarmos determinadas imagens das meninas não estamos construindo apenas um modo de representá-las direcionadas somente para os homens, mas também para as próprias meninas e adolescentes, que vão sendo subjetivadas por essas pedagogias da sexualidade. Elas aprendem que para serem desejadas, amadas, valorizadas, precisam se comportar de determinada forma, que o poder das mulheres está constantemente referido e atrelado à sua capacidade de sedução, que passa por um belo corpo e a utilização deste como performático. (IBID, p.221)

Para Louro (apud Felipe e Guizzo, 2003, p. 128) “não há identidade fora do poder, todas exercitam e, simultaneamente, todas sofrem sua ação. As identidades fazem parte dos jogos políticos, ou melhor, as identidades se *fazem* em meio às relações políticas”.

Essa arquitetura corporal sob medida do consumo e da pedofilização anunciam contradições frente às campanhas de proteção as crianças e adolescentes e a naturalização das crianças erotizadas sob a marca do mundo do adulto. O afastamento do mundo sexual se contradiz na exposição das crianças em ambientes imersos sob o apelo da erotização dos corpos infantis. O combate ao pedofilia está lado a lado da pedofilização da sociedade. (NUNES, 2007) Ao mesmo tempo em que as leis instituídas protegem as crianças de abusos sexuais, essas são lançadas nas tramas dos artefatos culturais (sob os interesses comerciais) que erotizam e disseminam estilos a serem consumidos, precarizando suas condições de cuidado e proteção instituindo novas formas de violências.

Capítulo 2- Caminhos Metodológicos

...Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos...

2.1- Construindo aportes para uma pesquisa pós-crítica em educação

Coloco-me aqui no desafio de trilhar novos caminhos no que diz respeito à metodologia de pesquisa em educação. Os caminhos já percorridos, em grande medida me conduziram a procura da verdade. Acho que nunca encontrei. As verdades são assim como o conhecimento, provisórias, nômades que mudam na busca de outras verdades de outros conhecimentos. Assim nunca temos verdade, temos inquietações que vão nos provocando e multiplicando os sentidos em relação ao já conhecido. A mudança, impede a paralisia, que centra seu olhar no óbvio, no que é comum.

Essa, parece ser a proposta metodológica de pesquisa pós-crítica em educação. Não tem uma receita a seguir. A quantidade dos ingredientes será colocada no processo de investigação, e não lançada a priori, amarrando o seu desenvolvimento ao produto final, classificando em bom ou ruim. Na perspectiva pós-crítica, há a possibilidade de acrescentar temperos que por vezes desconhecemos, que surgem do inusitado na relação com aquilo que pesquisamos, e que deixa o processo muito mais saboroso. Saboroso e ao mesmo tempo inquietante, pois diante daquilo que aprendemos do que seja uma pesquisa científica, a forma como essa se constituiu, revela uma insegurança para quem está iniciando esse processo.

Essa aproximação que agora faço com essa perspectiva de pesquisar, ainda se apresenta de forma frágil. Essa fragilidade é fruto da tutela exercida sobre a trajetória acadêmica, que ensina a desenvolver pesquisa científica sob os olhos rígidos da ciência, que se inaugurou com o período iluminista. Sair da vigilância do rigor, da objetividade exige um exercício de desconstrução das certezas em relação às certezas propagadas. Isso não é tarefa fácil, mas muito atraente. Como no início de um namoro, a fase é de aproximação, encantamento, euforia e descobertas, que tem provocado inquietações, dúvidas, incertezas.

O rigor da ciência em medir, regularizar, homogeneizar, impossibilitou que outros olhares fossem lançados sobre a investigação. A hipótese inicial parece agenciar a busca da obviedade, da comprovação, de uma suposta neutralidade em relação ao

objeto pesquisado, conduzindo para uma “naturalizada concepção unitária do mundo e da vida”. (COSTA 2007, p.14) Para a autora, essa não é uma batalha perdida.

A história continua, e narra sobre novos sujeitos, novos movimentos sociais, novos gêneros sexuais, e tantas outras identidades quantas os olhos deixarem ver, as possibilidades de interpretação permitirem compreender, e a flexibilidade cultural, social e política puder admitir. (IBID, p.18)

Como uma dança, a metodologia em pesquisa pós-crítica nos permite ir de um lado para o outro sem perder de vista as questões que nos movem na investigação. Essa tendência, permite encontros inusitados, que intensificam olhares, provocando o nosso próprio modo de pensar. O abandono de formas prescritivas abre espaço para a busca das singularidades, de territórios que são únicos, evidencia-se as diferenças. Como pensar tudo isso diante da lógica racionalista da ciência?

A pesquisa pós-crítica não está essencialmente preocupada com regras de normatização e sim com o prazer do processo, da descoberta, com a produção da informação. As metodologias são construídas de modos claros e combativos, buscando afastar-se das certezas, das universalidades, aproximando-se daquilo que coloca em jogo nossas verdades e busca caminhos para responder nossas inquietações. É um eterno ziguezaguear. (MEYER e PARAÍSO, 2007)

A metodologia pode ser construída no processo de investigação e de acordo com as necessidades colocadas, sem a mordida da regularidade e sem a preocupação de provar uma realidade real. A preocupação, parece se voltar para como se pensa essa realidade entendendo-a como processo histórico, numa escuta apurada, buscando as múltiplas vozes que compõe o mundo.

Assim, a metodologia pergunta mais do que responde e vai se tecendo com o acontecimento da pesquisa, com as novidades que nascem, com as incertezas que reverberam, com a vontade de experimentar para que se possa inventar outras práticas, outros modos de ser e estar no mundo.

2.2- O entrelaçamento com as metodologias de pesquisa com crianças

Ainda um tanto delicado, o caminho aqui trilhado exercitou a escuta e o olhar de maneira que fomos aprendendo com os sujeitos-crianças aqui pesquisados modos de descobertas que não se constrói na obviedade. Não há prescrição possível quando falamos de pesquisa com crianças.

A escolha metodológica desse trabalho nasce da relação estabelecida com o Núcleo Vida e Cuidado -NUVIC- da Universidade Federal de Santa Catarina, aonde através do Estágio Supervisionado na Educação Infantil, busquei uma aproximação com o projeto de pesquisa, ensino e extensão intitulado “**Infância e Experiência: registros fotoetnográficos do cotidiano na educação infantil**”, onde hoje atuo como bolsista voluntária e que tem como intencionalidade proporcionar às/aos estudantes da Pedagogia experimentar-se no cotidiano das práticas educativas, buscando refinar a sensibilidade do olhar para as vivências das crianças, para a escuta das vozes dos sujeitos infantis suas interações e criações culturais.

A proposta de aproximação do olhar retira a postura adultocêntrica²¹ da pesquisa, permitindo às crianças o papel de agente social, superando as perspectivas modelares que as definem como sujeitos passivos. Dar voz aos sujeitos de pouca idade, confiando a elas a sua alteridade, é acreditar na sua capacidade de produção cultural. Para Rocha (2008 p. 46), o fato de dar voz as crianças não significa que a mesma irá reproduzir a cultura dominante estabelecida, “ao contrário, busca-se nessa escuta confrontar, conhecer um ponto de vista diferente daquele que nós seríamos capazes de ver e analisar no âmbito do mundo social de pertença dos adultos”.

Nesse sentido, as crianças saem do papel de *tábula rasa*, sendo reconhecidas como sujeito capazes de produção cultural, ocupando papel central na participação dos conhecimentos produzidos a seu respeito. Saem de uma condição de silêncio para atuar como protagonista das questões que lhe constituem. É preciso escutá-las através das suas múltiplas linguagens, para *descobri-las a partir daquilo que nos contam*²². Busca-se assim, o reconhecimento da sua vivacidade, do conhecimento que elabora na relação com os seus pares. Para Ferreira (2008, p.147) é preciso,

levar a sério a voz das crianças, reconhecendo-a como seres dotados de inteligência, capazes de produzir sentido e com direito de se apresentarem como sujeitos de conhecimento ainda que possam expressar diferentemente de nós, adultos; trata-se de assumir como legítimas as suas formas de comunicação e relação, mesmo que os significados que as crianças atribuem às experiências possam não ser aqueles que os adultos que convivem com elas atribuem.

Essa percepção, revela a necessidade de considerar as crianças a partir dos direitos que lhe constituem, trazendo para esse debate o Direito de Proteção, Provisão e

²¹O termo adultocêntrico refere-se ao adulto como modelo padrão, ele é o centro, tudo passa a ser visto e sentido segundo a sua ótica.

²²Ver: Maria Manuela Martinho Ferreira (2006 p.143-162)

Participação²³. Comumente, vemos ser requisitados os direitos de proteção e provisão, importantes e necessários, porém, ainda associados à imagem de criança desprotegida que precisa ser cuidada, tutelada. O direito a participação lhe é tolhido, diante do papel a elas destinado, de sujeitos passivos e incapazes de significar a sua própria vida.

Dar voz as crianças permite compreender como as mesmas produzem sentidos para as coisas a elas endereçadas, como reelaboram a cultura adulta na qual estão mergulhadas. Permite que possam produzir dados da sua própria existência, sendo os seus olhos, suas vozes os condutores da interpretação do adulto sobre o seu mundo.

Essa compreensão requer do pesquisador um olhar horizontal para as ações das crianças, desfiliando-se de um posicionamento que fragmenta, que julga, que vulnerabiliza, que negligencia o seu conhecimento acerca da vida.

Reconhecer as crianças como sujeitos na pesquisa implica percebê-las na sua totalidade, no seu presente, no que vive agora, sem apagar seu modo de ser, sem cercear seus modos de interpretação, sem negar a sua simultaneidade assim como a sua incompletude. Incompletude não somente daquilo que lhe falta, mas nas possibilidades que se abrem diante dessa condição. É essa incompletude que permite as crianças, assim como os adultos, procurarem formas diferentes de ver e viver o mundo. É essa incompletude, que abre portas para a produção de conhecimento das suas próprias vidas ao mesmo tempo em que nos desafia como adultos, abandonar as certezas que já temos sobre elas. É essa incompletude que atravessa as diferenças entre crianças e adultos, e não nega o conhecimento que cada um possui nessa relação.

Delgado e Müller (apud Nazario, 2014 p.69) afirmam ser necessário “vislumbrar a alteridade das infâncias como um conjunto de aspectos que distinguem as crianças dos adultos e reconhecer as culturas da infância como um modo específico de interpretação e representação do mundo”. Dessa forma, não apagamos o outro-criança, mas passamos a reconhecê-las como agentes dessa produção, baseado no diálogo e na valorização daquilo que lhes diferem, sendo elas-crianças os “melhores informantes do seu aqui e agora”. (FERREIRA, 2008 p.149)

²³ Direitos das crianças revelados na Convenção dos Direitos das Crianças da ONU, 1989

2.3- A Comunidade Chico Mendes e o Museu do Brinquedo: encontro com as infâncias

Minha escolha por realizar essa pesquisa na Comunidade Chico Mendes, é fruto de uma história de amor, iniciada com esse contexto há 10 anos. Nessa relação, que talvez possa ser platônica, aprendi a olhar esse lugar com respeito e admiração. Aprendi a ampliar o foco e perceber que as diferenças aqui não são escondidas, elas se evidenciam em cada esquina, em cada muro, em cada casa, em cada rosto, em cada cor de pele, em cada corpo.

Mas, que lugar é esse? Esse lugar, só pode ser conhecido e compreendido se nos permitirmos olhar de perto e de dentro²⁴. Para isso, há de se ter vontade de entrar sem ter medo do que vai encontrar, sem se deixar levar somente pelos convites midiáticos, que marcam através das suas manchetes sensacionalistas, como sendo o lugar do feérico. Nossa visão, encharcada dessa concepção naturalizada, impede que possamos enxergar além do alcance das lentes da televisão.

As lentes, que focam o lugar como sendo violento, mergulhado no tráfico e prostituição esquecem de articular essa dura realidade com a falta de direitos e noticiar com a mesma veemência a irresponsabilidade do poder público da não garantia das condições básicas de sobrevivência. Essas lentes procuram sentenciariamente a condição de pobreza e duplamente penalizar uma comunidade, que na sua ampla maioria luta diariamente pela sua dignidade, na tentativa de revelar outros contornos para o lugar onde moram. O olhar que foca somente a condição da imprudência, desfoca a possibilidade de perceber a vida que pulsa nesse lugar.

Sair do aprisionamento do olhar engessado, não significa ignorar as condições vividas pelas pessoas que lá habitam. Ampliar o foco do nosso olhar é compreender que esse lugar é também um espaço de encontros, de experiências de interação que os sujeitos que lá habitam possam produzir a sua própria cultura.

É, sobretudo nas ruas que as marcas da diversidade ganham vida, reverberando verdades acerca desse lugar. Caminhando por elas, podemos perceber, que atrás das casas, que a priori parecem iguais, se diferem no seu modo de viver. É por elas, que podemos contemplar a *artistagem* presente nos muros representado através do grafite os seus modos de pensar. É na rua que se tem a possibilidade de ouvir, ao mesmo tempo,

²⁴Ver: MAGNANI, José Guilherme Canto. *DE PERTO E DE DENTRO*: notas para uma etnografia urbana. In: *RBCS Vol. 17 no 49 junho/2002*.

diferentes músicas, sentir os diferentes cheiros que exalam, conhecer as cores que tornam esse lugar, um lugar de todos. Pois comunidade é isso, é de todos e de cada um.

Que delícia olhar de dentro e de perto. Olhando assim pertinho, despida dos preconceitos que nos constitui, é possível assistir aos despropósitos sem julgar ou culpar. Estando dentro, nos possibilitamos o encontro com aquilo que é diferente, com a pluralidade. Olhando de perto e por dentro, é possível olhar para cima e perceber nos fios de luz os fios de pipas enrolados, revelando que as infâncias ali encontram espaços para brincar. Essas infâncias que se revelam e se desvestem pelas ruas dessa comunidade, reafirmam que a heterogeneidade é constituinte desse tempo. Tempo esse que é presente, aqui e agora, tempo do *Devir*. Para Kohan (2007), o tempo do *Devir*, representa o tempo da experiência, do acontecimento, da criação do rompimento dos movimentos concêntricos, totalizantes, da profanação da homogeneização.

As infâncias dessa comunidade se cruzam com o Museu do Brinquedo, que retira do lixo as histórias vividas pelas crianças desse contexto. Dona Lídia, idealizadora desse lugar, organizou a partir daquilo que outros descartam um mundo de imaginação. O lixo que agora é luxo, recebe lugar de destaque e conta as histórias das infâncias que por ali passam. Alias, não contam somente as histórias das suas crianças, mas contempla de certa forma as histórias das infâncias dos seus visitantes, pois os brinquedos que lá estão expostos atravessam gerações.



Registro Fotográfico 01-
Dona Lídia e o museu do brinquedo
26 de Maio de 2014

Só estando nesse lugar para reconhecer o Museu como um espaço de despropósitos. Despropósitos no sentido de que não precisa explicar, apenas contemplar. Despropósitos garantidos por uma mulher que poderíamos chamar de caçadora de tesouros, que na sua sensibilidade revela a possibilidade do encontro com a beleza da infância. Que guarda a memória do seu lugar, não como algo estagnado, mas como histórias que se revelam por trás de cada boneca, de cada carrinho, que se entrecruzam e se entrelaçam na mais íntima relação de comunidade.

Ao entrar nesse lugar, as crianças participantes dessa pesquisa se encantam com tantos brinquedos. Os olhos brilhando corriam por todos os lados tentando se fixar em alguma coisa que pudesse prender a atenção. Não eram coisas desinteressantes, tudo interessava e as arremessavam para um misto de euforia e encantamento para aquilo que estava diante do seu olhar. Como pegar tudo isso? Como brincar com tudo isso? A imaginação parecia correr solta no pensamento de cada uma delas, ao mesmo tempo em que estavam perplexas diante de tamanha fascinação.

Senti meu o coração acelerar no encontro das crianças com o Museu, tamanha beleza configurava-se esse acontecimento! Seus corpos (crianças) pareciam flutuar entre bonecas, bonecos, carrinhos, castelos, colares... Como segurar tamanha emoção? Como entender que tudo aquilo veio do lixo? Diante da imensidão de brinquedos, as crianças experimentavam com o olhar, com a ponta dos dedos o que estava ao alcance das mãos. O que não estava, solicitavam ou arrumavam uma maneira própria de alcançar. _ “*Nossa quanta coisa*”? Admirada, pensava em voz alta a Beatriz. O kauam, parecia anestesiado com tudo o que estava acontecendo, e duas vezes percebi ele pensando alto.

_ Aqui só tem brinquedo baita! (Kauam)
_ Eu queria ser inteligente como aquela senhora. (Kauam)
_ Por que você acha ela inteligente? (Ivana)
_ Porque ela guardou um monte de brinquedos. (Kauam)
Caderno de Campo 21/05/2014

A simplicidade da frase do menino, revela a intensidade desse lugar que se propõe a despertar o olhar para a fugacidade dos brinquedos. A inteligência da mulher desejada pelo Kauam se traduz não só na quantidade de brinquedos que possui, mas também pela sensibilidade de perceber, como diria Manoel de Barros, “que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem

barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós²⁵”.

2.4- O contexto da pesquisa : o lugar das crianças

Na tentativa de colaborar com a cisão da lógica culturalmente determinada da incompletude da criança, baseado apenas no que lhe falta, a perspectiva etnográfica aparece como fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa, que anuncia estudos sobre a pedofilização da infância, permitindo dessa forma o registro processual das significações dadas pelas crianças aos artefatos culturais. Essa, permite ampliar nosso olhar adulto, de modo a horizontalizar nosso foco em relação às culturas infantis.

Nessa perspectiva, ambos, adultos e crianças, adultocentrismo e processos interpretativos, se influenciam, constroem, jogam, e se controlam no terreno das relações e interações sociais que entre si se desenvolvem, eclodindo no seu cerne perplexidades mútuas; fulcrais porque são geradoras da reflexividade permitem desconstruir os essencialismos que atravessam aquelas duas categorias sociais. (FERREIRA, 2003, p. 151)

Os estudos etnográficos vem favorecendo uma aproximação do olhar com o foco da pesquisa, permitindo que possamos chegar mais perto das crianças para de fato tentar entender o que estão dizendo e não simplesmente fazer uma representação a partir daquiloque, como adultos, consideramos legítimo reconhecer.

Vale aqui ressaltar que ao tratar da etnografia nesse projeto de TCC, considero minhas aproximações com esse campo, bem como, com os referenciais aqui circunscritos, desde o ingresso no projeto em atividades que pude contribuir ainda na condição de aluna do Curso de Pedagogia. Portanto, o tempo em que estou imersa nesse campo me permitiu tratar esse recorte de análise do TCC como componente desse projeto de pesquisa, ensino e extensão.

A etnografia nesse estudo possibilitou um acompanhamento próximo, na tentativa de compreender como as crianças, na relação com os seus pares, experimentam e dão sentido aos artefatos culturais que lhe são endereçados. Por vezes, esse olhar tornou-se ofuscado pelos caminhos indicados por elas, que não se dava de forma tão transparente e límpido, como eu esperava. Foi preciso *olhar de perto, e de dentro* de forma cuidadosa e apurada, para perceber as indicações dadas pelas crianças. Esse olhar que penetrou, que escutou as várias vozes, buscou aconchegar-se na intensidade das relações estabelecidas, para captar com mais clareza o que era narrado por elas.

²⁵ Poesia Manoel de Barros. Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/frase/MzM2MjIz/>

Para Nazario, a etnografia se revela como importante meio de captar as vozes das crianças de forma mais direta,

“visto que contribui para localizar as premissas necessárias para conhecê-las e, em especial, reconhecê-las como competentes interlocutoras, capazes de falar sobre si próprias, pois consiste em uma *experiência de proximidade* (GEERTZ,1999) que nos faz encarar o diferente de nós, aquele que não sou eu, e, como tal, auxilia na produção de dados diversificados, profundos e alargados de nossos contextos de investigação, a partir do seu interior e da sua realidade” (NAZARIO 2014, p. 60)

Dessa forma, ao mesmo tempo em que fui coletando os dados junto com as crianças, as elaborações conceituais foram acontecendo, tecendo assim as primeiras compreensões sobre as narrativas das crianças, ainda no campo. Essa tessitura reverbera uma relação direta e indissociável entre teoria e prática, que se completam e vão assim ampliando as significações iniciais de quem pesquisa.

Retomemos aqui, o Ziguezaguear da Metodologia Pós-Crítica em pesquisa na educação, que vai se constituindo assim como a etnografia, no próprio campo de investigação, onde a preocupação central está na produção da informação, e nesse caso aqui específico, a partir das indicações das crianças, não estando fechado para as universalidades recorrentes da “normalidade” numa tentativa de provar o que dela é decorrente.

A escolha por uma abordagem etnográfica situa essa pesquisa em um campo onde foi possível através da observação “captar o entorno social, assim como as experiências das crianças como agentes e receptoras de outras instâncias sociais” (ROCHA, 2008 P.48). A observação, a partir da etnografia lhe conferiu o status de pesquisa participante, onde se buscou estabelecer interações com a realidade vivida pelas crianças, na tentativa de melhor compreender as suas significações.

Para Ferreira, (2003, p.58):

[...] Só assim seria possível compreender por *dentro* os seus modos de pensar, a sua racionalidade, o significado de símbolos e valores, as regras e princípios de ação constitutivos da sua cultura infantil, as relações sociais que se subjazem a as sociabilidades que as desafiam e que, de outro modo, me estariam completamente vedados.

Nesse sentido, a observação participante se deu através de um grupo focal de quatro crianças entre 6 a 8 anos, do gênero feminino e masculino, (Beatriz, Danielle, Hícaro e Kauam) residentes na comunidade Chico Mendes e estudantes do 1º ano da Escola de Educação Básica Estadual América Dutra Machado, localizada na Comunidade Novo Horizonte. O processo de escolha dessas crianças se deu em função

da aproximação com as suas famílias vivenciadas no tempo em que as mesmas frequentavam as unidades educativas de educação infantil, onde trabalhou como professora. Esse critério de escolha tornou-se necessário em função do deslocamento das crianças para o Museu do brinquedo (campo dessa pesquisa), que acontecia durante a estada das crianças na escola.

A escolha por essas comunidades é fruto da convivência de 10 anos como diretora e professora de educação física nas creches que lá se estabelecem, assim como também pela observação ao longo desse tempo, da influência cultural massificada sobre o corpo das crianças pequenas que habitam esses lugares.

Faço a opção aqui de apresentar as crianças com seus nomes próprios, por entender que as revelações dessa pesquisa não comprometem a imagem de nenhuma delas. Essa preocupação coaduna-se com os apontamentos de Kramer (2002), que sinaliza uma inquietação a respeito da autoria e autorização de pesquisa com crianças. A preferência pela autoria das mesmas se dá também pela escolha do próprio referencial teórico que alicerça esse trabalho, que busca referendar as crianças como sujeitos de direitos, produtores dos dados dessa pesquisa que dizem respeito a sua própria vida. O anonimato, nesse caso especificamente apagaria a condição de sujeito participante desse contexto. Reforço ainda, que a autorização da participação das mesmas nessa pesquisa, se deu pelo consentimento dos seus responsáveis diretos²⁶, assim como por elas próprias, que foram convidadas a fazerem parte dessa vivência.

A opção pelo grupo focal se deu em função da possibilidade da reflexão aprofundada sobre as questões levantadas nessa pesquisa, de forma que permitiu, apesar do curto espaço de tempo, revelar singularidades das crianças participantes na interação com os artefatos apresentados.

Cabe enfatizar que o GF permite ao pesquisador não só examinar as diferentes análises das pessoas em relação a um tema. Ele também proporciona explorar como os fatos são articulados, censurados, confrontados e alterados por meio da interação grupal e, ainda, como isto se relaciona à comunicação de pares e às normas grupais. (RESSEL Et al, 2008, p. 780)

Através de três oficinas vivenciadas no “Museu do Brinquedo”²⁷, com duração de 80 minutos cada uma, as crianças tiveram a oportunidade de brincar com todos os artefatos lá disponíveis. Esse tempo de brincadeira permitiu observar e melhorar

²⁶ Termo de Consentimento em anexo.

²⁷ Museu do Brinquedo, é um espaço constituído por brinquedos que foram recolhidos pelas ruas da comunidade Chico Mendes e arredores, pela Sra. Lídia, catadora de materiais reciclados.

compreender como são resignificados os brinquedos que são endereçados a elas. A escolha por esse lugar, se justifica por representar um encontro com as infâncias da comunidade Chico Mendes, já que os brinquedos ali expostos, são recolhidos na própria comunidade, revelando de alguma forma as infâncias vividas pelas crianças participantes dessa pesquisa.

As duas primeiras oficinas aconteceram dentro do Museu do Brinquedo, de forma que as crianças foram trazendo para a composição das suas brincadeiras, os brinquedos que lhe despertavam significados. Sendo assim, os meninos voltaram-se para bonecos e carrinhos e as meninas para bonecas, carrinhos de bebê, enfeites para o corpo e celulares. Essas escolhas praticamente se repetiram nas duas primeiras vivências. Além disso, as crianças transitavam de um lado para o outro no museu, ofuscadas pela quantidade de brinquedos disponíveis, o que impedia uma brincadeira mais “organizada” e “duradoura”²⁸. Com frequência enchiam as mãos com pequenos artefatos que logo eram substituídos por outros. Dessa forma, centrei a atenção naqueles que apresentaram uma reiteração entre elas.

Assim, optei em organizar a última oficina somente com os brinquedos que as crianças repetiram as escolhas nas duas oficinas anteriores. Diante do tempo que temos para escrever as interpretações daquilo que vivemos no campo, se fez necessário dar visibilidade as escolhas por elas feitas para traçar significações sobre o que observamos nessa relação. Nesse sentido, a terceira oficina se dividiu entre “brincar e conversar” sobre as escolhas feitas pelas crianças. No primeiro momento as crianças brincaram com os brinquedos disponíveis e num segundo momento fizemos uma conversa mais direta acerca das suas escolhas.

O espaço para última oficina foi organizado de forma que a sua composição buscava expor 3 grupos de brinquedos, na qual classifiquei diante das experiências vividas pelas crianças no campo de pesquisa. No primeiro agrupei os bonecos, castelos, casas, moto, carro, armas utilizados pelos meninos. No segundo, coloquei as bonecas (as mesmas dos dias anteriores), carrinhos de bebês, mamadeira, e cédulas de dinheiro e moedas. O terceiro grupo, organizei com os artefatos ligados a tecnologia como os celulares, câmeras fotográficas e notebook. Esse ambiente foi pensado no mesmo prédio onde está localizado o Museu do Brinquedo, porém no espaço externo.

²⁸Coloco as palavras organizadas e duradouras entre aspas para destacar que tenho clareza que a organização e o tempo para as crianças não apresentam o mesmo significado que tem para nós adultos. Aponto com isso, a minha necessidade como pesquisadora, pelo pouco tempo de estada no campo, de uma relação mais direta com as escolhas realizadas pelas crianças.

Esse espaço organizado passou a ser dividido também por outras crianças que cruzavam por ali. Encantadas com a possibilidade de brincar com os brinquedos até então proibidos²⁹, se convidam para fazer parte daquele contexto. Sem recusa dos adultos que ali estavam, as crianças-convidadas passam também a interagir nessa pesquisa. Minha experiência como professora me colocaram numa posição de permissão desse encontro. Mas, confesso que enquanto pesquisadora fiquei na dúvida se deveria permitir ou não. Oscilando entre rigor da pesquisa e a construção da mesma a partir do que encontro no campo, optei pela experiência vivida desse tempo.

A pesquisa que acontece fora de espaços institucionalizados como essa³⁰, permite que as rotinas não se estabeleçam de forma rígida e que a construção do conhecimento que se trama com os sujeitos envolvidos possam ter outros contornos na relação com o meio social a qual estão inseridos. Essa interação com crianças de fora da pesquisa oportunizou a Danielle sair do seu isolamento³¹, já que uma dessas crianças que adentra as brincadeiras era uma menina de 10 anos, trazendo importantes elementos para a reflexão acerca da temática aqui investigada.

Rocha(2008), chama a atenção para o cuidado da pesquisa com crianças, que se inscreve num campo delicado, onde o compromisso deve ser de auscultar as crianças. Essa auscultação, não deve estar limitada segundo a autora, apenas à comunicação verbal, mas sim a todas as formas de expressão. Dessa maneira, há de se propor variados procedimentos de escuta para que seja possível a interação coletiva. Assim, além da observação e registro escrito, a fotografia e a filmagem se constituíram como procedimentos importantes na captura de imagens da interação das crianças com os artefatos culturais apresentados.

O trabalho fotoetnográfico e as filmagens, abriu a possibilidade do encontro com a infância através das imagens que narraram momentos de convivências entre elas, desvelando as suas compreensões sobre os brinquedos, proporcionado a construção de sentidos pelas imagens, anunciando outras formas de interpretação daquilo que como adulta, estava vendo. Além disso, foi possível através da fotografia ampliar as

²⁹ Proibidos por estarem em exposição no Museu. A possibilidade das crianças dessa pesquisa de explorar os mesmos, foi uma concessão da Dona Lídia, dona do museu, também preocupada com as questões que atravessam essa temática.

³⁰ O trabalho de Conclusão de Curso de Maristela Della Flora intitulado “ *Se essa rua, se essa rua fosse minha... conhecendo os diferentes tipos de infâncias na Comunidade Chico Mendes* (2013), também se inscreve sob essa perspectiva.

³¹ Nessa oficina a menina Beatriz não estava presente, por esse motivo a Danielle ficou a princípio numa condição de observadora das brincadeiras dos meninos.

possibilidades de interpretação do que estava sendo pesquisado. Biazus (2006, p. 305-306) citando Achutti, aponta que:

A fotografia apresenta-se como uma forma de descrição e interpretação dos dados obtidos em campo, não apenas como um instrumento de coleta de informações a fim de realizar um simples inventário da cultura estudada, constituindo verdadeiros "textos visuais" que o antropólogo constrói para restituir determinada realidade. A fotografia, segundo o autor, deve ser encarada como a "materialização de um olhar", o "discurso de um olhar".

Nessa experiência de proximidade, assumo o papel de escriba para materializar através da escrita, as práticas culturais exercidas pelos artefatos culturais indicadas pelas crianças dessa pesquisa, sobre as suas identidades, procurando também analisar quais narrativas estão expressas nesses artefatos culturais a elas endereçados.

2.5- Os estudos e pesquisas que se inscrevem na temática

Para a composição desse trabalho, foi preciso buscar estudos já concluídos sobre o tema pesquisado, para que pudessem contribuir com as reflexões aqui tecidas. Nesse sentido, visitei os Anais da Reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação -ANPED-, investigando nos artigos e pôsteres, especificamente do GT 7- Educação de Crianças de 0 a 6 anos e no GT- 23 Gênero, Sexualidade e Educação, sob os demarcadores **Pedofilização, Sexualidade, Direito, Violência Sexual, Corpo, Consumo**. Tais demarcadores foram escolhidos por serem palavras chaves na discussão do tema dessa pesquisa. Início a investigação dos estudos e pesquisas que se inscrevem na temática, a partir de 2004, por ter sido esse o ano inaugural do GT 23 nessa Associação. Os estudos aqui apresentados tiveram seus resumos lidos e aqueles que apresentaram consonância com as discussões aqui elencadas tiveram sua leitura na íntegra sendo alguns desses agregados as discussões.

A ampla maioria das pesquisas encontradas, centram seu interesse na questão da Sexualidade, sob a perspectiva do GT 23, revelando uma aproximação com temas de pesquisa que procuram refletir os atravessamentos que compõe o campo da educação, articulando um debate teórico com as dimensões de raça/etnia, diferença, violências, gêneros entre outras. Nesse sentido, reitera-se aqui, a necessidade de pesquisas que venham a colaborar com os estudos acerca das infâncias, cujo enfoque possam ampliar as discussões sobre a infância e a criança na contemporaneidade, entendendo-as como sujeitos de direitos e participantes da construção da sua própria vida.

ANO	GRUPO DE TRABALHO	TÍTULO	AUTOR
2013	EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	LEITURA LITERÁRIA NA CRECHE: O LIVRO ENTRE OLHAR, CORPO E VOZ	MARIA NAZARETH DE SOUZA SALUTTO DE MATTOS
2013	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	AS IMAGENS E A EDUCAÇÃO GENERIFICADA DOS CORPOS	MARIA SIMONE VIONE SCHWENGBER
2013	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	ESCRITAS-NARRATIVAS DE ESTUDANTES PROBLEMATIZANDO RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES	RONEY POLATO DE CASTRO
2013	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	SEXUALIDADES JUVENIS E DIAGNÓSTICO SOROPOSITIVO: A AIDS COMO PROCESSO DE (DES)APRENDIZAGENS	JEANE FÉLIX DA SILVA
2013	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	A ESCOLA COMO EMPREENDIMENTO BIOPOLÍTICO DE GOVERNO DOS CORPOS E SUBJETIVIDADES TRANSEXUAIS	DAYANA BRUNETTO CARLIN DOS SANTOS
2013	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	MODOS DE VER, SENTIR, E QUESTIONAR: A PRESENÇA DO GÊNERO E DA SEXUALIDADE NO CURSO DE PEDAGOGIA	TAISA DE SOUSA FERREIRA
2013	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	CONCEPÇÕES DE CORPO E GÊNERO DE CRIANÇAS DE UMA ESCOLA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA	ROBERTA DE OLIVEIRA MAISATTO
2012	EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	CRIANÇAS MIRANDO-SE NO ESPELHO DA CULTURA: CORPO E BELEZA NA INFÂNCIA CONTEMPORÂNEA	RAQUEL GONÇALVES SALGADO ANABELA RUTE KOHLMANN FERRARINI GEORGE MORAES DE LUIZ

2012	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	SEXUALIDADE E GÊNERO: DISCURSOS DOCENTES MEDIADOS PELO LIVRO PARADIDÁTICO	ANDRÉA COSTA DA SILVA VERA HELENA FERRAZ DE SIQUEIRA
2012	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR. UMA CARTOGRAFIA DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS EM ESCOLAS PARANAENSES	GABRIELA CHICUTA RIBEIRO
2012	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	SEXUALIDADE, GÊNERO E DIVERSIDADE: CURRÍCULO E PRÁTICA PEDAGÓGICA	ALEXANDRE SILVA BORTOLINI DE CASTRO
2012	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	CORPO E SEXUALIDADE NO ENSINO DE CIÊNCIAS: EXPERIÊNCIAS DE SALA DE AULA	LENITA PINHEIRO DE QUEIROZ SILVA
2012	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	NO LABIRINTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL AS FALAS DE EDUCADORAS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE	CLÁUDIA MARIA RIBEIRO
2012	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	QUAL LUGAR DO GÊNERO E DA SEXUALIDADE NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UEFS?	TAISA DE SOUSA FERREIRA
2011	EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	A FORMAÇÃO DA INFÂNCIA PARA O CONSUMO NA PUBLICIDADE DA REVISTA VEJA	PAULA DEPORTEDE ANDRADE
2011	EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	DIREITOS DAS CRIANÇAS COMO ESTRATÉGIA PARA PENSAR A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS PEQUENAS	SANDRA REGINA SIMONIS RICHITER MARIA CARMEN SILVEIRA BARBOSA
2011	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	O DELÍRIO DO CORPO: DERIVAS DAS MASCULINIDADES	ROGÉRIO MACHADO ROSA PATRICIA DE MORAES LIMA

2011	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	TECENDO PERCURSOS PARA PENSAR O CORPO	ELENITA PINHEIRO DE QUEIROZ SILVA
2011	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	"NOSSA! EU NUNCA TINHA PARADO PRA PENSAR NISSO!"GÊNERO,SEXUALIDADES E FORMAÇÃO DOCENTE	RONEY POLATO DE CASTRO ANDERSPN FERRARI
2010	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	VIDAS NA FRONTEIRA-CORPOS, GÊNEROS E SEXUALIDADES: ESTRANHANDO A NORMALIDADE DO SEXO	DENISE DA SILVA BRAGA
2010	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	PANORAMA DA PRODUÇÃO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADES APRESENTADA NAS REUNIÕES DA ANPED(2000-2006)	MÁRCIA ONDINA VIEIRA FERREIRA GEORGINA HELENA LIMA NUNES
2010	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	A VISIBILIDADE DA SEXUALIDADE DO/A DOCENTE HOMOSSEXUAL NA ESCOLA	NEIL FRANCO PEREIRA DE ALMEIDA MARIA VERANILDA SOARES MOTA
2010	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	GÊNERO, SEXUALIDADE E INFÂNCIA: NAS TELAS DO CINEMA, A CRIANÇA COMO SUJEITO O AMOR ROMÂNTICO	MARIANGELA ROSA PEREIRA
2010	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	GOVERNANDO CORPOS E SEXUALIDADES NA ESCOLA	MARIA RITA DE ASSIS CÉSAR
2010	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	DAS NOÇÕES DE CORPO NO ENSINO DE BIOLOGIA AOS DIZERES SOBRE SEXUALIDADE	ELENITA PINHEIRO DE QUEIROZ SILVA GRAÇA APARECIDA CICILLINI
2009	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	CORPOS, ESCOLA & SEXUALIDADES: UM OLHAR SOBRE UM PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL	PAULO MELGAÇO DA SILVA JUNIOR

2009	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	FAMÍLIA E RELAÇÕES DE GÊNERO: UM OLHAR ATRAVÉS DO DIREITO	LETÍCIA PREZZI FERNANDES
2009	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	DOCÊNCIAS QUE TRANSITAM PELAS FRONTEIRAS DAS SEXUALIDADES E DO GÊNERO: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE IMPOSIÇÕES DE PODERES E RESISTÊNCIAS	NEIL FRANCO PEREIRA DE ALMEIDA MARIA VERANILDA SOARES MOTA
2009	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	DISJUNÇÕES DA SEXUALIDADE NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E NOS PROJETOS ESCOLARES DE EDUCAÇÃO SEXUAL	DENISE DA SILVA BRAGA
2008	EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	CONCEPÇÕES DE CORPO, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA (1997-2003)	MARCIA BUSS SIMÃO
2008	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	SEXUALIDADE NA ESCOLA MEDIADA PELA LITERATURA: APROPRIAÇÕES DOCENTES	ANDRÉA COSTA DA SILVA
2008	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	PROFESSORES(AS), SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL: PRODUZINDO SUJEITOS NOS CONTEXTOS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AFETIVO- SEXUAL (PEAS)	RONEY POLATO DE CASTRO
2008	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	NAS TENDAS DA SEXUALIDADE E GÊNERO	LÍVIA MONIQUE DE CASTRO FARIA
2007	EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	CRIANÇAS AOS SEIS ANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS À GARANTIA DE DIREITOS	BIANCA CRISTINA CORREA

2007	EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	EDUCAÇÃO DO CORPO INFANTIL COMO POLITIZAÇÃO ÀS AVESNAS: UM ESTUDO SOBRE OS MOMENTOS DE ALIMENTAÇÃO EM UMA CRECHE	ANA CRISTINA RICHTER ALEXANDRE VAZ
2007	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	“O QUE É LOBA???” É UM JOGO SINISTRO, SÓ PARA QUEM FOR HOMEM...” – GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR	ANDERSON FERRARI
2007	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	GÊNERO E SEXUALIDADE NOS PCNS: UMA PROPOSTA DESCONHECIDA	DAYSE DE PAULA MARQUES DA SILVA-UERJ
2007	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	“A SEXUALIDADE NUM CURSO NORMAL-SEUS TEMPOS E “CONTRA-TEMPOS”	PATRÍCIA ABEL BALERTRIN
2007	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	A SEXUALIDADE FEMININA ENTRE PRÁTICAS DIVISORAS: DA MULHER “BELA ADORMECIDA” SEXUALMENTE À MULTIORGÁSTICA – IMPRENSA FEMININA E DISCURSOS DE PROFESSORAS	CONSTANTINA XAVIER FILHA
2007	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	BORDADO COMO EXPRESSÃO DE VIDA: GÊNERO, SEXUALIDADE	CLAUDIA REGINA RIBEIRO PINHEIRO DAS CHAGAS
2007	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	GÊNERO, SEXUALIDADE E DESEMPENHO ESCOLAR: MODOS DE SIGNIFICAR OS COMPORTAMENTOS DE MENINOS E MENINAS	MARIA CLÁUDIA DAL'IGNA
2007	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	QUANDO O ESTRANHO É O PROFESSOR: NARRATIVAS SOBRE SEXUALIDADE E O CURRÍCULO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	MIRIAN PACHECO SILVA

2006	EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÁTICAS ESCOLARES E O DISCIPLINAMENTO DOS CORPOS	RODRIGO SABALLA DE CARVALHO
2006	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA PERSPECTIVA DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PRESIDENTE PRUDENTE	RENATA MARIA COIMBRA LIBÓRIO LUCIENE DOS SANTOS CAMARGO
2006	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	IDENTIDADES "ANORMAIS": A (DES)CONSTRUÇÃO DOS CORPOS "DEFICIENTES"	MIRIAM PIBER CAMPOS
2006	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	JOVENS, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: HOMOSSEXUALIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR	MEIRE ROSE DOS ANJOS OLIVEIRA MARIA APARECIDA MORGADO
2006	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE SEXUALIDADE	VALÉRIA MARTA NONATO FERNANDES MOKWA
2005	EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	SOBRE A PRESENÇA DE UMA PEDAGOGIA DO CORPO NA EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA	ANA CRISTINA RICHTER
2005	EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	O CONSUMO NAS PRÁTICAS CULTURAIS INFANTIS: CRIANÇAS E ADULTOS NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA PÚBLICA	NÚBIA DE OLIVEIRA SANTOS
2005	EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	TRABALHANDO OS DIREITOS DAS CRIANÇAS NUMA SALA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	ELIANE GIACHETTO SARAVALI
2005	EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	O GT 7 DA ANPED: DIREITOS E EDUCAÇÃO DA CRIANÇA PEQUENA	ANA LUCIA CASTILHANO

2005	EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	O CONSUMO NAS PRÁTICAS CULTURAIS INFANTIS: CRIANÇAS E ADULTOS NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA PÚBLICA	NÚBIA DE OLIVEIRA SANTOS
2005	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	ALGUNS TENSIONAMENTOS ACERCA DOS CORPOS E SEXUALIDADES DAS PESSOAS DEFICIENTES	MIRIAM PIBER CAMPOS
2005	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	SEXOS, SEXUALIDADES E GÊNEROS – MONSTRUOSIDADES NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO SEXUAL	JIMENA FURLANI
2005	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	JUVENTUDE E SEXUALIDADE EM MOVIMENTO	ROSÂNGELA STEFFEN VIEIRA
2005	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	PESQUISA DIAGNÓSTICA SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REFLEXÕES SOBRE A AÇÃO DO EDUCADOR	RENATA MARIA COIMBRA LIBÓRIO
2005	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	PRÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS CONCEPÇÕES DE ALUNO(A)S DO ENSINO MÉDIO: ENTRE O VIVIDO E O POSSÍVEL	MARIA DE FÁTIMA SALUMMOREIRA
2005	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	SEXUALIDADE HUMANA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SUAS INTERFACES ENTRE A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA	MARIA CRISTINAZAMPIERI ELIANE ROSE MAIOBRAGA
2004	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	A SEXUALIDADE ADOLESCENTE COMO FOCO DE INVESTIMENTO POLÍTICO-EDUCACIONAL	HELENA ALTMANN

2004	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	SEXUALIDADE, GÊNERO E SAÚDE REPRODUTIVA – ELEMENTOS PARA UMA NOVA PROPOSTA EM ORIENTAÇÃO SEXUAL	TANIA RIBEIRO CATHARINO
2004	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	O SABER AUTORIZADO – VOZ E VOTO PARA ENSINAR SOBRE O CORPO	MIRIAN DOLORES BALDO DAZZI
2004	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	EDUCAR PARA A SEXUALIDADE NORMAL	RUTHSABAT
2004	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	GÊNERO E SEXUALIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR – CONSIDERAÇÕES SOBRE A “ORIENTAÇÃO SEXUAL”	MARÍLIA GABRIELA DE SOUZA FERREIRA
2004	GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	SEXUALIDADE E COTIDIANO ESCOLAR	NILTON POLETTI PIMENTEL

CAPÍTULO 3- O Corpo Contemporâneo da Infância: algumas reflexões

**...E foi tanta a imensidão do mar,
e tanto seu fulgor, que o
menino ficou mudo de beleza...**

As reflexões aqui tecidas partem de um lugar que na sua singularidade reverbera multiplicidade. A relação que faço nesse momento a partir das questões levantadas nas oficinas está inscrita sobre as crianças que participaram dessa pesquisa, que trazem nos seus corpos seus modos próprios de viver e de sentir a vida. Os eixos aqui colocados em discussão refletem a relação das crianças com o lugar onde vivem, a Comunidade Chico Mendes, minimamente apresentada anteriormente.

Ao marcar o lugar das crianças que aqui transitaram, arrisco-me a colaborar com as anunciações de novas invenções de infâncias. Se a modernidade anunciou uma infância e os meios de comunicação anunciam uma reinvenção das mesmas, afirmo que se permitirmos, encharcadas por essas criações, as crianças anunciam diariamente múltiplas invenções dos seus modos de viver e interpretar o mundo a sua volta. São infâncias que nos provocam pensar na desnaturalização, na não universalização e de como é ser criança na contemporaneidade. A alterização permitida a elas produz conhecimentos sobre si, e nos possibilitam como adultos, ampliar o foco do olhar na sua direção, que não as coloque somente numa relação de dependência, mas que a tenha como participante da construção da sua própria vida.

A partir do conceito de Pedofilização, apresentado por Jane Felipe (2006), inicio esse capítulo, anunciando a tentativa de desdobramento das questões que atravessam essa discussão. Sem deixar de pensar em outras tantas que circunscreve a infância e que se fizeram presentes no cenário da pesquisa, vamos nesse momento refletir sobre os eixos do consumo e do corpo, que marcam a relação com a temática investigada.

Porém, antes de iniciar as discussões sobre essas questões, peço licença para revelar algumas inquietações sobre os modos de como se constituiu a metodologia dessa pesquisa. Como navegante de primeira viagem, essa foi à primeira vez que realizei uma investigação centrada sob o olhar das crianças. Minha visão ainda delimitada por uma postura adultocêntrica, me impediu no primeiro momento, perceber as interpretações trazidas pelas crianças no encontro com o Museu do Brinquedo.

Sem nenhum pudor, confesso que achei que as oficinas me apontariam de forma mais “direta” as confirmações que apriori, como aprendiz de pesquisadora, já levava para o campo de pesquisa. E o que eu levava na minha bagagem? A “certeza” de que os artefatos culturais endereçados a elas, provocavam a pedofilização dos seus corpos de forma explícita. Mas, não foi dessa forma que as crianças revelavam a influência das práticas culturais sobre os seus corpos. Então, olhar de muito perto foi mais do que necessário para entender como as crianças se reinventam.



O que dizer desse primeiro encontro. Os olhos brilhando, corriam por todos os lados tentando se fixar em alguma coisa que pudesse prender a atenção. Não eram coisas desinteressantes, tudo interessava e as arremessavam para um misto de euforia e encantamento para aquilo que estava diante do seu olhar. Como pegar tudo isso? Como brincar com tudo isso? A imaginação parecia correr solta no pensamento de cada uma das crianças, ao mesmo tempo em que estavam perplexas diante de tamanho encantamento.

Caderno de campo-21/05/14

Registro Fotográfico 02: *Primeiro Encontro*

21 de Maio de 2014.



O número de brinquedos expostos, parecia provocar um entorpecimento nas crianças, que buscavam acumular em suas mãos o que lhe interessava, o que atravessava o seu modo de ver o mundo. Aos poucos fui aprendendo com elas, que o corpo da infância na contemporaneidade vai se constituindo de múltiplas maneiras, e que nem sempre, as formas endereçadas se revelam com tanta nitidez. Dessa forma, há de se levar em conta as idades das crianças participantes dessa pesquisa, que transitam em interesses ainda não tão marcados por artefatos que poderíamos classificar como sendo “erotizados”. Outra questão importante a ser aqui pontuada é o fato de que os artefatos culturais oferecidos nas oficinas, na sua ampla maioria eram brinquedos, que não se

revelam sem uma aproximação do olhar, como artefatos comprometedores de práticas culturais que possam suscitar a pedofilização do corpo da infância.

Apesar de não se estabelecer como um confessionário esse espaço, revelá-los não como pecados cometidos, mas como construção de um processo de ampliação do conhecimento produzido com as crianças, se torna necessário para que possamos pensar na pesquisa com elas, para além da confirmação daquilo que investigamos, levando em conta as questões que lhes são próprias.

Assim, aos poucos as crianças vão apresentando as suas preferências diante do que foi oferecido durante as oficinas. Vão revelando como significam a cultura adulta nas quais estão mergulhadas. De que forma os brinquedos produzidos a elas vão subjetivando seu modo de ser, sua identidade. E o meu olhar, ao mesmo tempo, vai também aos poucos ficando mais límpido, procurando entender cada momento vivido.

Inicia-se a procura. Mas, o que procuravam? Não sabiam ao certo o que queriam e dessa forma foram pegando. *Meninos de um lado, meninas do outro*. As duplas foram formadas sem que precisasse dizer nada. Quando haveria o encontro? Haveria o encontro?

Caderno de Campo: 21/05/14



Registro Fotográfico 03: *Meninos de um lado, meninas do outro.*

21 de Maio de 2014

Essa imagem fotográfica e registro escrito suscitam uma primeira reflexão acerca das questões trazidas pelas crianças. A infância aqui, também é marcada pela questão de gênero, onde as crianças revivem ao seu modo, os papéis deliberados arbitrariamente para os adultos. A cena dos *meninos de um lado e meninas do outro* foi presenciada muitas vezes durante essa experiência vivida. A escolha dos brinquedos foi marcada por aquilo que está pré-determinado para homens e mulheres na sociedade patriarcal. Os meninos buscaram bonecos, carros, motos, armas enquanto que as

meninas foram atraídas pelas bonecas, mamadeiras, carrinhos de bebê, objetos que pudessem enfeitar o corpo e aparelhos celulares.

Os artefatos escolhidos direcionam para os papéis, que desde a infância são destinados socialmente para cada uma das crianças e assim produzindo meninas e meninos, homens e mulheres dentro de um padrão de normatização. A segregação de papéis mobiliza práticas discursivas que legitimam as características sexuais de cada sujeito e que chegam à infância através daquilo que parece ser ‘natural’ à criança, que é a brincadeira. Aparentemente inocente, os brinquedos trazem na sua essência narrativas que determinam, que governam os modos de ser criança numa projeção de como ser adulto. Para Dornelles, (2003, p.03)

No governo dos infantis, se exercem não só os conhecimentos produzidos sobre as crianças, mas também os modos de se inventar a sua vida, sua cotidianidade, e conseqüentemente, seus brinquedos e sua forma de brincar. Os poderes e saberes fabricados, para que se governem os infantis são atravessados por práticas discursivas que fazem parte do mundo das crianças e dos adultos.

Dessa forma, os brinquedos atuam na infância, diretamente sobre as identidades das crianças, determinando a construção social de gênero a partir da diferenciação de papéis atribuídos para cada sujeito. Numa das cenas presenciadas com as crianças, Hícaro encontra um sapato de boneca e se dirige até as meninas e fala: “_ *Pega, é um sapato de boneca*”³². Essa ação do menino parece relacionar diretamente a figura da mulher, a responsabilidade com a maternidade. Na sequência, Danielle ao encontrar um relógio com o personagem do Bem 10, encaminha o brinquedo para os meninos, que rapidamente incluem no seu cenário de brincadeira.

As funções determinadas para homens e mulheres, também revelam uma depreciação sobre ser mulher na nossa sociedade e nas brincadeiras realizadas pelas crianças durante a pesquisa. Ao final da última oficina realizada, as crianças pedem para brincar de pega-pega.

Assim, brincaram um pouco estabelecendo a seguinte regra:

_ Só vale figa³³ para as meninas. Disse o Hícaro.

Ouvindo isso, perguntei:

_ Por que só para as meninas?

Ele então responde:

_ Porque elas são mais fracas.

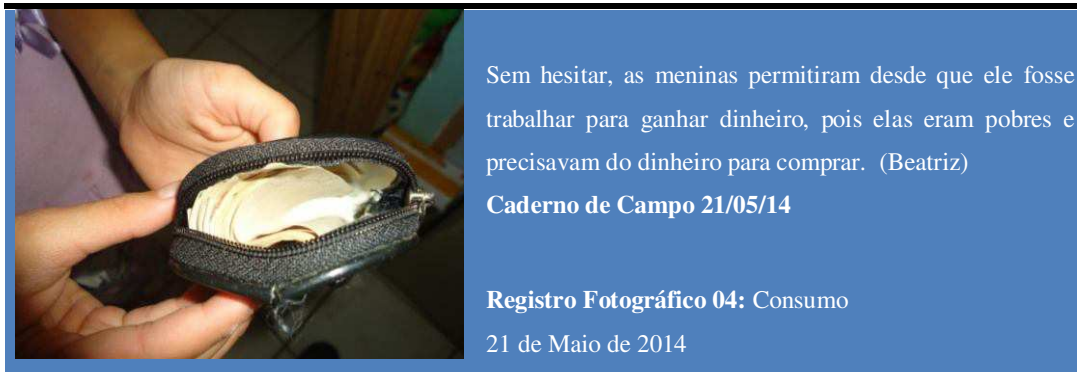
Caderno de Campo: 29/05/14

³²Caderno de Campo: 21/05/14

³³O termo figa representa a possibilidade de a criança parar na brincadeira, sem que seja pega.

Enquanto os homens ocupam o lugar de corpo dominante, forte, a mulher é colocada nessa relação como dependente, fraca, incapaz, submissa aos seus comandos e desejos. Não é por acaso, que os meninos externam essa condição para as meninas numa “inocente” brincadeira de pega-pega. O corpo hegemônico estabelecido para homens e mulheresse retrata nas cores, na forma, no jeito, no cheiro, nos artefatos, a sua condição de vida.

Ao trazer o registro dos *meninos de um lado meninas do outro*, me perguntava quando o encontro entre os dois aconteceria e se aconteceria. Como vimos na citação acima, o encontro se deu. Aconteceu inicialmente na primeira oficina, onde as meninas brincavam que o Museu era um grande mercado e que o dinheiro servia para comprar o que precisavam. Elas haviam encontrado em um porta níquel, cédulas de dinheiro antigas e algumas moedas que passou a fazer parte da brincadeira. Foi através do dinheiro que aconteceu o encontro entre os meninos e as meninas. Ou melhor, entre as meninas e o Hícaro, que ao ouvir que as duas possuíam dinheiro, aproximou-se e pediu para brincar junto. Nesse jogo de faz de conta, o dinheiro apareceu como referência do consumo, um dos eixos que percorre o conceito de pedofilização.



A frase expressa por Beatriz revela a condição dessas crianças, que tem seus corpos marcados também por necessidades básicas, pela falta dos seus direitos, pela vontade de ter acesso a bens que lhe são extorquidos numa relação de desigualdade econômica, vivida na comunidade em que estão inscritos. Cunhados nesse lugar, as crianças transitam entre a necessidade de sobrevivência e anunciam que com dinheiro podem comprar comida, roupa, armários para casa, ao mesmo tempo em que revelam a necessidade do consumo exacerbado, confidenciando seus desejos de ter carros luxuosos e roupas de marcas famosas.

Adentramos aqui, ao conceito de pedofilização, que é atravessado pela questão do consumo e que nos últimos tempos temos presenciado com ênfase a veiculação da imagem da criança vinculada a essa prática. O *marketing* infantil, apelado *erosadultocêntrico*, tem se preocupado em gerar necessidades também na infância, provocando desejos que condicionam a própria felicidade, enquadrando-as na normatização da sociedade capitalista, do descarte do produto velho pelo novo. Nessa relação Bauman(apud Momo,2012, p.31)afirma que “as crianças são convocadas para o consumo por meio da estimulação contínua do desejo e da promoção de um eterno estado de insatisfação”. Esse estado de insatisfação, também é percebido junto das crianças participantes dessa pesquisa, quando são perguntadas sobre o que comprariam com o dinheiro, já que haviam manifestado a vontade de serem ricos.

_ Comida, roupa, geladeira, as coisas pra casa.
Disse a Danielle.

O Kauam foi logo dizendo:

_ Eu queria ser rico pra não precisar ficar sem comprar o que é caro.

E o que você acha que é caro? Perguntei.

_ Às vezes eu quero uma coisa boa pra come e minha mãe diz que é muito caro. Também quero brinquedo, tênis baita e nunca dá e se eu for rico eu posso comprar até um Camaro Amarelo.

Caderno de Campo: 29 de maio de 2014.

O desejo de ser rico revelado pelo menino, sinaliza o consumo intimamente ligado ao poder, determinando a sua forma de viver, comprando o seu modo de ser, transformando-se assim como o Camaro Amarelo, em mercadoria a ser consumido.

**“E agora eu fiquei doce igual caramelo
To tirando onda de *Camaro Amarelo*
E agora você diz: vem cá que eu te quero
Quando eu passo no Camaro Amarelo**

**Quando eu passava por você
Na minha CG, você nem me olhava
Fazia de tudo pra me ver, pra me perceber
Mas nem me olhava “³⁴**

As crianças são convocadas a fazer parte desse processo consumista através dos artefatos a elas endereçadas, que provocam a continuidade desse sistema. Cada vez mais cedo, elas se enredam pela cultura do consumo, que as solicitam para a aquisição do que

³⁴ Fragmentos da Música: ***Camaro Amarelo***. Disponível em : <http://letras.mus.br/munhoz-mariano/camaro-amarelo/>

é moderno, transformando supérfluo, em necessidade de sobrevivência. A redenção à felicidade está no ato de ter e não do ser. O *Camaro Amarelo* citado pelo menino chega até ele através da música, que o captura para a necessidade de consumir, trazendo nessa trama o próprio corpo que se coloca numa relação de produto, pois a condição de corpo-caramelo apresentado na composição musical se revela como sendo comestível. Além disso, esse corpo passa a ser notado somente depois de estar associado ao bem de consumo, que é o carro de luxo.

A expressão “tênis baita”, revela também a extensão do poder do artefato sobre a subjetivação do corpo. A necessidade de aproximação de marcas famosas que colocam os sujeitos em lugar de destaque define a visibilidade exigida pela via do consumo. As logomarcas se apresentam na contemporaneidade, segundo Nunes (2007), como os brasões de tempos de outrora, que definiam a importância dos sujeitos na sociedade. Como não é possível tê-los em função do preço, busca-se a aproximação através das falsificações, que produz efeito de uma falsa inclusão ao mundo desenfreado do consumo.

Temos então na infância contemporânea a produção de crianças consumidoras, distantes da concepção de infância ingênua e dócil, inaugurada com a modernidade. Imersas nos progressos tecnológicos e nos avançados meios de comunicação, as crianças de reinventam e se coisificam, desqualificando. (MOMO 2012)

Os artefatos culturais que chegam para as crianças produzem o seu ser e estar no mundo. Nesse sentido, Sarmiento (apud Dornelles, 2012, p. 80) defende que, “as crianças incorporam, interpretam e reconstróem continuamente informações culturais, constituídas por valores, normas sociais, ideias, crenças e representações [que fazem parte] dos artefatos culturais”. Os artefatos que chegam para as crianças, emergem sobretudo, através das mídias, que oferecem uma gama de produtos materiais que despertam um estado de insatisfação, provocando a cobiça daquilo que ainda não tem acesso, para que possa compor um mundo globalizado e socialmente aceito. (MOMO 2012)

Durante as oficinas, as mídias e as tecnologias transversalizaram o corpo das crianças através dos celulares disponíveis no Museu do Brinquedo. Esse foi um dos artefatos requisitados pelas crianças, sobretudo pelas meninas, tornando-se peça marcante nas três vivências oportunizadas, durante a pesquisa.



Hoje, novamente o primeiro brinquedo a ser escolhido pela Danielle foi o celular. Como na primeira oficina, ela pegou vários modelos e colocou dentro do carrinho de bebê. De um lado para o outro, ela busca explorar o aparelho, parece tentar se conectar com o mundo. Tenta arrastar o dedo por cima da tela, demonstrando estar por dentro das novas tecnologias.

Caderno de Campo 26/05/2014

Registro Fotográfico 05: Celulares
26 de Maio de 2014

O celular parece ter um ímã, que atrai a atenção das meninas, de forma há passarem muito tempo com os aparelhos nas mãos, executando ao mesmo tempo outras tarefas sem fazer o uso do mesmo. Temos na criança contemporânea, o que Dornelles (2012) chama de Ciberinfância, a infância da multimídia e das novas tecnologias. Para a autora, “denomina-se ciberinfância essa infância atual que faz parte das pedagogias culturais que ocorrem para engendrâ-las numa variedade de espaços sociais, incluindo, mas não se limitando ao espaço escolar. (DORNELLES apud DORNELLES, 2012 p. 86)



Registro Fotográfico 06: Celular: extensão do corpo

21 e 26 de Maio de 2014

Nessa configuração social, os espaços ciber têm se revelado como essenciais para as crianças nesse tempo. O celular colado as crianças participantes dessa pesquisa se colocam como uma extensão do seu próprio corpo e se configuram com um magnetismo onde a atração está associada ao que esse aparelho pode representar e proporcionar a elas. Um universo de possibilidades atravessa o caminho dessa tecnologia, entre elas a visibilidade do corpo, centrado num projeto de auto-afirmação e

globalização da própria identidade. Ao serem perguntadas sobre a função do celular, algumas anunciações se revelam e se cruzam com a questão da pedofilização.

- _ Ouvir música, jogar joguinho, entrar no face. Disse a Danielle.
- _ Você têm um facebook? (Ivana)
- _ Não, minha mãe e minha irmã tem, e eu entro no delas. (Danielle)
- _ Para que serve o facebook? (Ivana)
- _ Para colocar fotos. (Danielle)

Caderno de Campo 29/05/ 2014

Vamos aqui, pensar nas fotos que normalmente se postam nas redes sociais, ou melhor, vamos pensar sobre as fotos que as pessoas postam de si. A imensa maioria são imagens que garante uma visibilidade aceitável aos olhos do outro. Como numa apresentação, aonde o palco são as redes sociais, o número de curtidas representam os aplausos de um espetáculo. Os comentários reafirmam o que projetam sobre a imagem esperada. O corpo ganha aceitação de acordo com a projeção já feita a priori do que é desejável sobre ele. A exposição se dá mediante a sinalização de “positividade” do espelho, que reflete a ditadura da beleza.

Dessa forma, a tecnologia contribui para a universalização do ser. Para homogeneização de uma estética propagada pela sociedade como a aceitável e consumível. Através das fotos postadas, busca-se uma posição de notoriedade, uma valorização social. Para Nunes (2007 p. 55-56)

A sociedade da comunicação instantânea é aficcionada ao consumo, à aparência e a performance. Veicular imagens de si e viver uma vida sem privacidade relatando cada passo ou sensação em blogs é colocar-se em posição de ser notado, é participar do espetáculo, e, portanto, existir. Vivemos hoje numa espécie de exibicionismo da privacidade.

A volúpia velada por traz das poses compartilhadas incide sob a perspectiva mercadológica do corpo, onde os sacrifícios que não são postados junto da imagem se configurem como verdadeiros calvários a serem superados. A beleza contemporânea está diretamente ligada à sensualidade que por sua vez está engessada ao padrão de corpo que se define como sendo magro, alto, branco.

Em uma das situações vivenciadas pelas crianças dessa pesquisa, pode-se perceber a preocupação com a beleza. Na última oficina, quando entra na brincadeira uma criança de 10 anos, outros elementos aparecem transpondo a barreira da infância e

acionando de forma mais nítida o conceito de pedofilização que aqui discutimos. Danielle e Maeve brincavam juntas, as duas se organizaram de forma que os papéis vividos, traduziam figuras de mães (solteiras), que se comunicavam constantemente pelo celular. Digo solteiras por ter presenciado a seguinte conversa quando usavam o celular como comunicação.



_ Amiga, não vem aqui em casa hoje, vou sair com um namorado novo. Maeve fala para Danielle enquanto troca a fralda do seu bebê.

_ Ta bom, então eu vou amanhã. Hoje eu também vou sair com o meu namorado. Danielle responde.

_ Aí, eu queria arruma meu cabelo, quero ficar linda, mas não tenho dinheiro. (Maeve)

_ Eu já arrumei e comprei uma roupa nova, posso te emprestar dinheiro. Vou procurar alguém para deixar a minha nenê. (Danielle)

Assim, sai e vai até a casa da amiga e empresta para ela o dinheiro que ela precisa para arrumar o seu cabelo.

Em troca, Maeve se oferece para trocar a fralda da sua nenê.

Caderno de Campo: 29/05/2014

Registro Fotográfico 07: Conversa ao telefone

29 de Maio de 2014

A cena acima expressa algumas questões importantes para reflexão. Entre elas, importante salientar, mesmo sem entrar num debate mais incisivo, a idade da menina que entra na pesquisa na última oficina parece indicar de forma mais contundente o atravessamento com a pedofilização do corpo da infância. Essa indicação se torna possível diante do fato de trazer para a brincadeira a figura do namorado, até então ausente nas brincadeiras anteriores entre a Danielle e a Beatriz. Mostra-se nessa cena também, que o relacionamento possível é centrado na heterossexualidade, onde ambas sinalizam ter um namorado novo. Nesse recorte da brincadeira, que se estende por outros contornos, fica marcado também o pertencimento à Comunidade em que vivem, já que uma grande parcela das mulheres que lá habitam são mães solteiras ou vivem relacionamentos que não se enquadram na performatividade da família nuclear.

Diante das discussões alavancadas até o momento, a cena exposta requer pensar também sobre o corpo integrado na economia de mercado. Para ficar bonita, necessitam do dinheiro para transformar seu corpo, através da roupa nova e do cabelo arrumado,

naquilo que é desejado pelo outro. Denise Sant'Anna (apud Nunes, 2007, p.45) afirma que,

[...] se existe uma incitação em transformar o corpo num lugar tão radioso, importante e sensível como outrora havia sido a alma, é preciso lembrar que esta nova ordem se insere numa economia de mercado globalizada, na qual tudo tende a ser visto e tratado como se fosse mercadoria de rápida liquidez. Assim, esse corpo-alma não poderia escapar ao circuito do *marketing* e transformar-se num material totalmente disponível às metamorfoses sonhadas por cada um [...].

Ao mesmo tempo em que a criança é provocada por produtos de última geração, confirmando a efemeridade do atual sistema de produção, ela própria é colocada como produto a ser consumido. Na esteira da vaidade, reafirma-se a necessidade do embelezamento do corpo como uma “essência” feminina. (FELIPE e GUIZO 2003)

A infância afetada pelas tecnologias e pelas mídias é notada também no contexto dessa pesquisa através dos jogos disponíveis nos celulares. Na sequência das respostas sobre o uso do celular, as crianças sinalizam a possibilidade de jogos através desse aparelho.

Que tipo de jogo vocês jogam no celular? (Ivana)
_ De carrinho, do homem aranha. E tenho um vídeo game que gosto do Soldado do Inferno. Disse o Hícaro
Que jogo é esse?
_ É um soldado que ele vai matando todo mundo.
_ Eu gosto de jogar da Barbie, Monster Hay. Disse a Danielle.
Caderno de Campo: 29/05/2014

Sem pesquisar os elementos que compõe cada game, conseguimos prever a partir das indicações, o corpo que se esconde nos personagens de cada um deles. Heróis como homem aranha trazem consigo a força, a masculinidade que impera sobre os mais fracos. Já o soldado do inferno traz na sua simbologia a figura do diabo, indicando a maldade como centro desse entretenimento. Isso pode inclusive se confirmar pelas palavras do menino que diz que “é um soldado que ele vai matando todo mundo”.

Os jogos anunciados pela menina, trazem para cena um corpo magro, esbelto, cultuado pela beleza. São dois tipos de bonecas, uma representada pela Barbie que se traduz numa mulher objeto, se colocando sempre ao desejo do homem e a outra numa perspectiva mais atual, trazendo a possibilidade de ser diferente do mundo padronizado. Apesar disso, o padrão de corpo se repete e as roupas usadas por essa nova geração de bonecas reverberam um forte apelo erótico.

Sabat (apud Felipe e Guizzo, 2003 p.26) lembra que “as imagens estão carregadas de sentidos, sendo, portanto, educativas, na medida em que nos ensinam

como devemos agir, que hábitos podemos cultivar, o que é possível desejar”. Nesse sentido, Dornelles (2012, p.84) baseada em autores como Cunha (2007) e Rose (2001), aponta que os “games carregam imagens como importante meios de comunicação, visto que, por meio dos diferentes tipos de corpos, de suas cores e estilos de roupas, funciona como uma pedagogia que produz um tipo de corpo a ser consumido”.

Esses modos de divertimento percorrem também o conceito de pedofilização, visto que os mesmos carregam um forte apelo aos modos de ser homem e de ser mulher. São propositivos corporais para infância, que buscam uma similaridade para si com aquilo que veem e acionam durante a ação do jogo. Steinberg e Kincheloe(apud Dornelles, 2012 p.80) afirmam que “o entretenimento das crianças, como em outras esferas sociais, é um espaço público disputado, aonde diferentes interesses sociais, econômicos e políticos competem pelo controle”.

Sob os holofotes de um corpo homogeneizado, associado à beleza, sensualidade e erotização os meios de comunicação, veiculam verdades se colocando como lugar de aprendizagens, publicando um comportamento desejável. (FELIPE e GUIZZO 2003) Ainda sobre o uso do celular pelas crianças, as mesmas citam a possibilidade de ouvir música através dessa tecnologia.

Quais músicas vocês ouvem no celular?
- Eu gosto de música de igreja. Disse o Hícaro.
Canta uma para eu ouvir? (Ivana)
_ Não sei canta nenhuma. Respondeu o menino.
Qual que você sabe cantar e também ouve no celular? (Ivana)
- Funk. (Hícaro)
Sabe cantar algum? (Ivana)
_ Um monte. (Hícaro)
Nesse momento ele inicia um funk, que é seguido também pela Danielle e o Kauam. A letra trata de ostentação e de sensualidade corporal.
_ Eu gosto do cantor de funk. Disse o Kauam.
_ Porque você gosta deles? (Ivana)
_ Eles são baita, são famoso e rico. (Kauam)
Caderno de Campo 29/05/2014

Para refletir sobre esse registro, trago para esse texto as parte das letras dos dois funks cantados integralmente pelas crianças. A partir deles, é possível compreender de forma nítida o conceito de pedofilização que se coloca como um borramento do tempo de ser criança.

Onde Eu Chego Eu Paro Tudo³⁵	Fica Caladinha³⁶
<p><u>MC Boy do Charmes</u></p> <p>Onde eu chego eu paro tudo A mulherada entra em pane Meu cordão é um absurdo Meu perfume é da Armani</p> <p>De Christian ou de Oakley De Tommy ou de Lacoste De CB1000 da Honda Ou de Hyundai Veloster</p> <p>Querido na balada Bem vindo no puteiro Até que eu cheguei longe Eu sou simples sou guerreiro</p> <p>Pick-up cabine dupla Jet na carroceria Correria traz fartura Fartura traz alegria</p> <p>Bmw, Audi Q7 Um Infinity Camaro Nóis dá banho nas piranha Com champanhe e do mais caro</p>	<p><u>Bonde do Tigrão</u></p> <p>Mãos para o alto novinha (2x) Por que ? Porque hoje tu tá presa (2x) Mãos para o alto novinha (2x) Por que ? Porque hoje tu tá presa (2x) E agora eu vou falar dos seus direitos. Tu tem direito de sentar. Tu tem o direito quicar. Tu tem o direito de sentar. De quicar de rebolar. Você também tem o direito. De ficar caladinha. Fica caladinha. Fica caladinha.(2x) E agora desce... Desce ai novinha... Desce ai novinha...(4x)</p>

As letras das músicas revelam a tentação ao consumo e a erotização do corpo feminino. A ostentação através de bens de consumo, acionam nas crianças o desejo de se por no lugar daquele que canta, já que esse detêm o poder por meio de carros luxuosos, perfumes e jóias. A globalização chega para as crianças de forma sutil, onde as marcas da sua subjetivação estão na transformação daquilo que desejam ser. As expectativas corporais se revelam sob os artefatos disponibilizados que agregam valor comercial sobre a sua própria identidade.

As composições musicais reveladas pelas crianças incidem sobre a venda dos corpos que se transformam em mercadorias que são embalados para consumo. Para serem mercadorias de qualidade, se reinventam de forma que se transformam naquilo que não são. O corpo é fabricado ao mesmo tempo em que fabrica outros. Mesmo numa cultura musical não massificada, como é o caso do funk, a cultura corporal homogênea está presente. A comercialização da sensualidade que banha os corpos, sobretudo das mulheres na dança do funk, aguça na criança o desejo da arquitetura corporal exposta.

³⁵ Disponível em: <http://letras.mus.br/mc-boy-do-charmes/1995911/>

³⁶ Disponível em: <http://letras.mus.br/bonde-do-tigrao/1885641/>

“Acho legal, a dança do funk, as mulher rebolam bastante³⁷”, disse o Hícaro ao expressar sua admiração pela dança.

Para Felipe (2006), a música vem se traduzindo na atualidade como um importante artefato na espetacularização da sexualidade, indicando modos de ser, evidenciando inclusive formas de representar homens e mulheres. Com a intenção de discutir questões acerca da sexualidade e gênero, a autora aponta que:

No caso do *funk*, as letras se caracterizam pela referência explícita a práticas sexuais, sem rodeios ou sutilezas, remetendo a um mero exercício sexual, onde os órgãos genitais são mencionados, atos sexuais em suas mais variadas formas são proclamados, acompanhadas de coreografias sensuais, que remetem à exibição dos corpos femininos. Trata-se de uma sexualidade explícita, sem pudores, nem rodeios. O amor e a paixão, temas tão recorrentes nas canções de décadas passadas (não significa que hoje as músicas não se refiram a esse tema), cedem lugar ou pelo menos parecem disputar espaço com músicas que proclamam práticas sexuais. (FELIPE 2006^a, p.218)

Compra-se pela via musical aqui expressa a erotização e a banalização da figura feminina assim como o culto ao corpo novo. “*Mãos para o alto novinha*” sinaliza o tipo de mulher desejada, que deve então cumprir em silêncio as ordens pelo cantor. Tais ordens suscitam movimentos erotizados que se revelam numa suposta ingenuidade da menina que dança, onde a mesma precisa ser comandada. O misto de ingenuidade e sensualidade se entrelaçam desencadeando uma performance corporal legitimando discursos que se aproximam de um mercado de exploração sexual.

Na lógica do descarte, o corpo também é fugaz, buscando assim todas as maneiras possíveis para se garantir o retardamento do seu desaparecimento. Tudo se valida para chegar à lógica do corpo contemporâneo. Dores, cirurgias se justificam diante da valorização daquilo que é novo.

Nesse contexto, gerações distintas disputam o mesmo manequim, e não entrar numa calça número 38 (quem não teve essa experiência entre nós) em algum momento é fonte de estresse e frustração. Ou seja, todas as idades e compleições físicas devem caber no corpo infante-juvenil. (NUNES 2007, p.50)

O consumo produz um tipo de hegemonia estética onde os corpos desejados estão imbricados na relação direta com as experiências sociais e representado pelas crianças participantes dessa pesquisa nas suas brincadeiras.

³⁷ Caderno de Campo: 29 de maio de 2014.



Kaum e Hícaro buscaram os bonecos, castelos, moto e bicicleta para brincar. Escolheram muitos bonecos para fazer parte do contexto da sua brincadeira. Dos bonecos escolhidos, trouxeram o Homem Aranha, Power Ranger, Bem 10, bonecos que possuíam armas junto ao corpo e bonecos fortes, assim como armas. Percebe-se que esses bonecos se apresentavam como sendo os mais fortes assim como também veiculados pela mídia. Usando castelos como sendo as suas casas, montaram no chão do museu, sua brincadeira. Ali, os personagens foram ganhando vida.

Kaum foi logo dizendo:

_ Eu sou o homem aranha e o Power Ranger.

Hícaro respondeu:

_ Sou o Bem 10.

Corpos fortes que respondem a um ideal de masculinidade. O poder através das armas, lhes concediam um lugar de imortalidade. A relação se colocava num lugar de poder sobre o outro.

Caderno de Campo: 21/05/2014

Registro Fotográfico 08: *Entre bonecos*

21 de Maio de 2014.

A escolha dos meninos para brincar durante as oficinas está atrelada com o que discutimos até aqui. O padrão corporal também faz moradia no corpo masculino. As escolhas não são neutras, elas sugerem um modelo heterossexual, dominante, másculo e sensual. Alguns dos bonecos eleitos para a brincadeira apresentavam musculatura definida e forte. Essa condição física atribuiu a eles, o papel de heróis na brincadeira, sendo esses o que cuidavam das crianças indefesas que estavam dentro das casas.

As crianças eram representadas por bonecos menores, sem uma definição de corpo, que precisavam ser cuidadas por estar numa condição de vulnerabilidade. Essa representação sugere pensar a interpretação que as crianças dessa pesquisa tem de si e da sua condição como criança. Ao mesmo tempo, revela também a característica da comunidade onde vivem, que se constitui como sendo os adultos, independente de pertencimento familiar, os responsáveis pelas crianças desse lugar. Como o palco das brincadeiras da Comunidade Chico Mendes se dá na rua, os vizinhos, amigos, quem passa na rua, torna-se co-responsável pela segurança das crianças desse lugar.



Registro Fotográfico 09:

O castelo das crianças.

21 de Maio de 2014

Dessa forma, vamos percebendo que a cultura vai significando os brinquedos e as crianças vão sendo capturadas e lhes atribuindo um sentido de acordo com os discursos depositados sobre eles. Os saberes imbricados, segundo Dornelles (2003) vão produzindo efeitos de verdades e tudo que dele se difere é repellido. Essa questão levantada pela autora se revela nas oficinas, ao observar que as bonecas negras não foram escolhidas para as brincadeiras.



Registro Fotográfico 10: *As bonecas*

26 de Maio de 2014

Mesmo diante da possibilidade do encontro com esse artefato, a escolha se deu no modelo de bebê branco de olhos claros, com roupas rosa. As bonecas julgadas pelas

meninas como sendo "esquisitas", também não receberam maior atenção além do estranhamento do olhar. Para Dornelles, assim como

“os corpos de meninos ou meninas, os brinquedos não podem ser produzidos fora da norma, e é nesse sentido que a diferença- aquilo que fica de fora da norma, o heterogêneo- passa a ser considerado como uma anomia que precisa ser normatizada, incluída na regra, integrada na ordem, já que ninguém pode ser excluído da “regra” da “ordem” ”. (DORNELLES apud DORNELLES 2003, p. 04)

Ao serem indagados sobre as preferências das suas escolhas em relação aos bonecos, as crianças revelam total influência sobre as “verdades” instituídas pela indústrias culturais de brinquedos.

_ Eles são fortões, batem muito e são do bem. Disse o Kauam.
_ Eles podem matar, dar soco, fazer guerra e são mais bonitos. Disse o Hícaro.
Por que são mais bonitos? (Ivana)
_ O corpo deles tem bastante músculo. (Kauam)
_ É porque eles não morrem nunca. Eles têm poderes que deixam eles viver para sempre. (Hícaro)
Quais poderes? (Ivana)
_ Poder de ser sempre jovem, assim eles ficam bonitos e nunca morrem. (Kauam)
Caderno de Campo 29/05/2014

Todas as indicações acima alinham uma visão performática de corpo, que corroboram com os anúncios feitos por Jane Felipe sobre a questão da pedofilização do corpo da infância. O consumo manifestado pelo descarte dos produtos, pela efemeridade, se manifesta na visão das crianças também sobre os corpos. Manter-se jovem é o sonho de consumo para que se possa ser ambicionado. O corpo perfeito está alicerçado sob os pilares de poderes que asseguram o *status* social desejado. Segundo Dornelles (2003 p.09),

Investe-se cada vez mais nos corpos dos bonecos que fazem parte da infância contemporânea e, assim como nos corpos dos *bodybuilding* há um detalhamento da massa muscular que se investem na cultura dos músculos dos sujeitos *build-streetFighter*, nos bonecos. Parece que também esses bonecos e bonecas foram submetidos às práticas de *jogging*, aeróbica, musculação, regime de baixas calorias, botox, lipoaspiração e cirurgias plásticas.

Percebe-se que as escolhas dos bonecos feitos pelas crianças revelam também a veiculação pela mídia desses personagens. A aproximação inicial, se dá através dos filmes onde se difundem verdades performáticas. O governo dos corpos, através da identificação desses personagens, acionam um modo de ser e estar no mundo que estão intimamente ligadas com a questão de identidade de gênero e sexuais. (SABAT 2002)

Para a autora, “há algum tempo a mídia vem trabalhando em favor de sujeitos heterossexuais, jovens, bonitos e com corpos perfeitos que devem constituir família através de uma união legal, preferencialmente, através de um casamento cristão”. (IBID, p.04) Assim, se constrói a naturalização da identidade heterossexual como sendo a “normal” e tudo que foge dessa regra é considerado estranho, fora do lugar.

O corpo passa a ser projeto de vida movido pela tentação do desejo. Ao perguntar para as crianças qual corpo de homem eles consideravam mais bonito, afirmaram que eram os fortões. Resolvi então, perguntar sobre as mulheres adultas que achavam mais bonitas.

O Hícaro sem demora, respondeu:

_ As magricelas.

Quais são as magricelas? (Ivana)

_ Boneca como a Barbie, disse o menino.

Arrisquei então perguntar, como seria uma mulher bonita. E a construção da mulher perfeita construída pelas crianças foi:

_ Magra, alta, branca, cabelos lisos, olhos azuis ou verdes.

Caderno de Campo: 29/05/2014

A imagem da Barbie traz à tona uma visão imortalizada da juventude. Seu corpo esculpido reforça a imagem de um corpo padrão vinculado a magreza, a branquitude e sensualidade. Além disso, a boneca está imersa num mundo de glamour, cujo consumo é o caminho para a felicidade. Não é só a boneca que subjetiva as identidades infantis, mas tudo que dela faz parte, seu mundo cor de rosa que se declara encantador.

Essa boneca, diferente de outras, não é um bebê que precisa ser alimentado, trocado, ela é uma boneca adulta e como tal, aciona elementos do mundo adulto na sua composição. A questão é que não são os adultos que brincam de ser boneca, aqui as crianças brincam de ser adultos através da Barbie, construindo a sua identidade pelos valores evocados por ela.

A Barbie ensina às crianças que devemos nos dedicar à busca da felicidade através da aquisição de bens materiais. Sua pedagogia de consumo dá diversas lições sobre adquirir bens que deem status de riqueza, acompanhar as tendências da moda e ter um estilo de vida "divertido". Com esses objetivos, a roupa se torna central, pois faz com que você seja alguém especial e "popular", um conceito fundamental da vida social na década de 1950 (DEBOUZY apud CRUZ e SILVA, 2012 p. 98).

A boneca Barbie se apresenta como importante artefato cultural que, normatiza e dita como os corpos infantis devem ser e se comportar. Tendo esse padrão estético como padronização, os corpos desviantes são considerados “monstros” (SABAT 2002) e indevidos dentro da sociedade. Nesse sentido, as crianças dessa pesquisa também

sinalizam uma aspereza no olhar em relação ao que difere do padrão Barbie e marcam aqueles que fogem a essa regra, chamando-os de “vovozona” e de “rasputia”³⁸, sinalizando assim pessoas gordas.

A pedofilização esconde as meninas e os meninos dessa pesquisa. Mostram que seus corpos, sob a influência do consumo estão fortemente governados pela homogeneização corporal, que dita às formas e contornos que seus corpos precisam ter para serem aceitos na sociedade. Dornelles (2003) afirma que as verdades sobre os corpos são também produzidas por brinquedos e brincadeiras que ditam os modos de ser das crianças “produzidos pelas práticas discursivas na fabricação de sujeitos infantis que se tecem nas práticas culturais imersas nas relações de poder”(2003, p.11)

Tais práticas culturais acionam nossa atenção em relação aos direitos das crianças. As indicações reveladas pelas crianças dessa pesquisa nos inclinam a pensar numa contradição entre as redes de proteção e os contextos sociais disponibilizados para elas. Os artefatos minimamente analisados nesse espaço denunciam a convocação de um corpo erotizado e pronto para o consumo que traduzem em certa medida a infância contemporânea.

³⁸ O termo vovozona, nasce em função do filme norte americano, cujo protagonista é um policial que se fantasia de vovó tendo um corpo gordo. Rasputia trata-se de uma personagem do filme Norbit, também norte americano, que é representada como sendo uma mulher muito gorda. As crianças dessa pesquisa não sabiam definir a origem da palavra rasputia, apenas reproduziam, diante do significado da mesma.

IMENSIDÃO DO MAR: JEITOS DE OLHAR

**...E quando finalmente conseguiu falar,
tremendo, gaguejando, pediu ao pai:
- Pai, me ensina a olhar!**

O poema de Eduardo Galeno, que inspirou as páginas desse trabalho, inicia a condução do que posso chamar de conclusão provisória. Estabelecer uma provisória terminalidade, pela razão de um tempo de produção que agora finda, parece melhor conceituar essas últimas páginas. Retomo aqui a íntegra do poema, para que possamos tecer algumas considerações, dessa que foi uma pesquisa que precisei buscar ajuda das crianças para olhar as relações estabelecidas das práticas culturais sobre os corpos da infância.

**"Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovakloff,
levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul.
Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando.**

**Quando o menino e o pai enfim alcançaram
aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar,
o mar estava na frente de seus olhos.**

**E foi tanta a imensidão do mar, e tanto seu fulgor,
que o menino ficou mudo de beleza.**

**E quando finalmente conseguiu falar,
tremendo, gaguejando, pediu ao pai:**

- Pai, me ensina a olhar!

Nesse momento, sou o menino Diego, que parece não dar conta de olhar sobre as coisas que viu e por vezes se deixou escapar diante da imensidão e intensidade da experiência vivida. Assim como Diego, pedi para conhecer o desconhecido. Caminhei muito. Muitas viagens foram necessárias. Alguns momentos foram águas rasas, que me deixaram numa posição mais confortável, em outros em águas turbulentas que desafiaram minha forma de ver o mundo. Então, precisei transver o mundo. Denaturalizar olhares....Mergulhar profundamente no mundo das crianças para ser conduzida pelos caminhos por elas projetados.

Usando o poema de Eduardo Galeano como metáfora, afirmo que as crianças me levaram para entrar no seu mundo e conhecer minimamente as suas significações sobre aquilo que lhes são endereçados. O que me mostraram não foi de fácil visibilidade.

Tudo parecia nebuloso a primeira vista. Parecia tudo muito distante. Mas elas estavam lá, me indicando os caminhos, sinalizando as práticas culturais sobre elas instituídas.

Nas idas e vindas, revelavam as marcas sobre os seus corpos a partir das suas escolhas pelo consumo que se renova no desejo de ter aquilo que não possuem. Nas preferências por corpos que se anunciam como perfeitos e traduzem para os seus próprios corpos a ditadura instaurada na cultura da beleza, repelindo os “monstros” que nascem pela hegemonia imposta.

Na tentativa de me mostrar o “mar”, as crianças, através das telas do celular apontam que as suas infâncias escapam da ingenuidade que ainda faz moradia no imaginário dos adultos. Que as relações sociais também na infância acontecem nos espaços *ciber*. Embaladas pelo ritmo do funk, vão multiplicando as linguagens para anunciar a erótica colocada de forma extensiva pelo que Felipe (2006) destaca, como a evidenciação das práticas sexuais. Através das músicas que cantam e que lhes arremessam para um lugar aonde a infância parece desaparecer diante do apelo sobre a sensualidade marcado pelo universo adultocêntrico.

Pela separação dos seus corpos nos espaços do brincar, as crianças tecem uma reflexão importante sobre a sua própria condição na relação de gênero. Apontam como estão imersas nos discursos performáticos sexuais, apresentando dificuldades em perceber as diferenças colocadas fora da sua própria condição. Ser homem e ser mulher ainda são os dois únicos caminhos possíveis nas suas indicações.

Pelos caminhos trilhados nesse tempo da pesquisa à procura do “mar”, foram questionando as relações econômicas desiguais em que vivem, requerendo a igualdade dos direitos. Vão denunciando as suas faltas, sublinhando os seus desejos. Desejos subjetivados por uma sociedade que convoca a visibilidade aqueles que podem consumir. Dessa forma, desejam ser vistas, mesmo que para isso tenham que ser mercadorias a serem consumidas.

Não alcançamos o mar nesse momento, apenas miramos de longe. Essa pontinha avistada requer a ampliação do nosso olhar sobre os meios aqui indicados pelas meninas e meninos dessa pesquisa, que vem de forma incisiva construindo as suas identidades, roubando-lhes os seus modos próprios de agir. A governabilidade por elas denunciadas, indicam a pedofilização dos seus corpos, imbricadas numa teia que se enreda pela contradição do seu direito à proteção. O pouco que aqui conseguimos descobrir, guiadas pelos olhos das crianças, acionam a urgência de perceber os artefatos e suas

práticas culturais aqui apresentados, uma relação direta com as violências sexuais que se instalam contra crianças e adolescentes na contemporaneidade.

A imensidão das informações reveladas pelas crianças não podem, assim como Diego, nos emudecer. Precisamos ampliar as discussões sobre a pedofilização, que pode estar inaugurando uma nova prática de violência sexual contra crianças e adolescentes. Assim como Diego, perplexa com as novas descobertas, aciono a todos o desejo de um olhar coletivo, para que possamos aprender a olhar e juntos alavancar novas discussões e práticas contra as novas formas de violência contra crianças e adolescentes.

O mar ainda se põe distante, outros caminhos são necessários trilhar para se chegar a contemplação total. Desnaturalizar o olhar sobre as coisas do mundo pode ser um bom indicativo para que possamos dar mais um passo na sua direção. Dessa forma, esta pesquisa não se esgota aqui, ela, junto com outras já iniciadas, se compõe como importantes trabalhos para aprofundar o entendimento sobre as culturas da Infância, e refinar o nosso entendimento sobre a sua especificidade conhecendo os contextos e os modos no qual essas crianças emergem como sujeitos.

REFERÊNCIAS

ÀRIES, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BIAZUS, Paula de Oliveira. Fotoetnografia da Biblioteca Jardim. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 301-306, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a18v1225.pdf> Acessado em: 18 de março de 2014.

BRITO, Mirella Alves. Entre Cobras e Lagartixas: Crianças em instituições de Acolhimento se construindo *sujeitos* na Maquinaria da Proteção Integral. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC. Florianópolis, fevereiro de 2014.

BUGES, Isabel Edelweiss. Infância e Risco. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 157-175, set./dez., 2010.

CÂMARA, Adriane Peixoto. Masculinidade heterossexual e pedofilização: Apontamentos iniciais para um debate. Revista Ártemis. Vol. 6, junho 2007, PP. 49-57. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2124/1882> Acessado em 15 de março de 2014.

CECHIN, Michelle Brugnera Cruz, SILVA, Thaise. Assim falava Barbie: uma boneca para todos e para ninguém. Fractal: Revista de Psicologia v.24 n.31, 2012. Disponível em: <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/782> Acessado em: 16 de junho de 2014.

COSTA, Marisa Vorraber. Caminhos Investigativos I: novos Olhares na Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

DORNELLES, Leni Vieira. O Brinquedo e a produção do sujeito infantil. Centro de Documentação e informação sobre criança. Universidade do Minho, Portugal, 2003. Disponível em: http://cedic.iec.uminho.pt/Textos_de_Trabalho/textos/obrinquedo.pdf Acessado em 15 de junho de 2014.

DORNELLES, Leni Vieira. Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber. Petrópolis, Vozes, 2008.

DORNELLES, Leni Vieira. Artefatos Culturais: Ciberinfâncias e Crianças Zappiens. In: DORNELLES, LENI VIEIRA e BUJES MARIA ISABEL (Orgs.). **Educação e Infância na era da informação**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo o pedófilo? Cad.Pagu n.26. Campinas Jan./June 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30391.pdf> Acessado em 23 de maio de 2014.

FELIPE, Jane. Representações de Gênero, sexualidade e corpo na mídia. Revista Tecnologia e Sociedade n.3. 2006. Disponível em: http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/revistatecnologiaesociedade/rev03/rev03_apresentacao.pdf Acessado em 15 de março de 2014.

FELIPE, Jane, GUIZZO, Bianca Salazar. Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo. Pro-Posições, v. 14, n. 3 (42)-set/dez,2003. Disponível em: http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/textos/42-dossie-felipej_etal.pdf Acessado em 15 de março de 2014.

FERREIRA, Maria Manuela Martinho. Os estranhos “sabores” da perplexidade numa etnografia com crianças em Jardim de Infância. In: CARLA, TELMO H. **Experiência etnográfica em ciências sociais**. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

FERREIRA, Maria Manuela Martinho. “Branco demais” ou ... Reflexões epistemológicas, metodológicas e éticas acerca da pesquisa *com* crianças. In: SARMENTO, MANUEL e GOUVEA, MARIA CRISTINA SOARES. (Orgs.) **Estudos da Infância: Educação e Práticas Sociais**. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2008.

FREIRE, Paulo. Educadores de Rua. Uma abordagem crítica. Unicef. Bogotá-Colombia: Editora Gente Nueva, 1989. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org/xmlui/handle/7891/1492#page/2/mode/1up> Acessado em: 16 de abril de 2014.

KRAMER, Sônia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. In: Cadernos de Pesquisa, nº 116, p. 41-59. Fundação Carlos Chagas, São Paulo: Autores Associados, 2002.

KOHAN, Walter O. Infância, estrangeiridade e ignorância. Ensaio de Filosofia e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LARROSA, Jorge. Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas. In: Larrosa, Jorge.(Org.) **O Enigma da Infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LIMA, Patrícia de Moraes. Infância e Experiência. In: Ética e Gestão do Cuidado: a infância em contextos de violências. Ana Maria Borges Sousa et al.(Org.). Florianópolis: CED/UFSC/Núcleo Vida e Cuidado, 2006.

LIMA, Patrícia de Moraes. Infância e Experiência: As narrativas infantis e a arte-de-viver o cuidado. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade do Rio Grande do Sul, 2008.

LIMA, Patrícia de Moraes. O governo da infância e a arte do cuidado de si. In: Cuidar da Educação, Cuidar da Vida. Ana Maria Borges e Isabella Benfica Barbosa(Org.). Florianópolis: NUVIC-CED-UFSC, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogia das sexualidades. In: O corpo educado. (org.) Guacira Lopes Louro.: Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estanho. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MEYER, Dagmar Estermann, PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas ou Sobre como fazemos nossas investigações. In: MEYER, DAGMAR E. e PARAÍSO, MARLUCY. **Metodologias em pesquisa pós-crítica em educação**. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

MOMO, Mariangela. Mídia, Consumo e os Desafios de Educar uma Infância Pós-Moderna. In: DORNELLES, LENI VIEIRA e BUJES MARIA ISABEL (Orgs.) **Educação e Infância na era da informação**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

NAZARIO, Roseli. A infância das Crianças Pequenas no Contexto do Acolhimento Institucional: Narrativas de Meninas e Meninos na Casa (Lar). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação de Educação. Centro de Ciências da Educação\UFSC. Florianópolis, Maio de 2014.

NUNES, Maria do Rosário. Pedofilização e Mercado: O corpo-produto de crianças e adolescentes na era de direitos no Brasil. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2009. Disponível em: http://recrianacional.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=14&Itemid=90 Acessado em: 18 de março de 2014.

RESSEL, Lúcia Beatriz, et al. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2008 Out-Dez; 17(4): 779-86. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/21.pdf> Acessado em 18 de março de 2014.

RIZZINI, Irene. Crianças e Menores- Do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um histórico da Legislação para a Infância no Brasil. In: A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. (Org.) PILOTTI Francisco e RIZZINI, Irene. Rio de Janeiro, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e editora, 1995.

RIZZINI, Irma. Meninos Desvalidos e Menores Transviados: A Trajetória da Assistência Pública até a Era Vargas. In: A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. (Org.) PILOTTI Francisco e RIZZINI, Irene. Rio de Janeiro, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e editora, 1995.

ROCHA, Eloisa Candal. Por que ouvir as crianças? Algumas questões para um debate científico multidisciplinar. In: SILVIA HELENA VIEIRA CRUZ (Org.) **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008.

SABAT, Ruth. Filmes infantis como máquinas de ensinar. Trabalho apresentado na 25ª ANPED-GT Educação e Comunicação. Caxambu do Sul, 2002.

SANTOS, João Diógenes Ferreira. As diferentes concepções de infância e adolescência na trajetória histórica do Brasil. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.28, p. 224-

238, dez. 2007. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/28/art15_28.pdf Acessado em 23 de abril de 2014.

SARMENTO, Manuel, GOUVEA Maria Cristina Soares. Olhares sobre a Infância e a Criança. In: SARMENTO, MANUEL e GOUVEA, MARIA CRISTINA SOARES. (Orgs.) **Estudos da Infância: Educação e Práticas Sociais**. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2008.

SOUSA, Ana Maria Borges e LIMA, Patrícia de Moraes. Violências e Infância: as políticas de governo do corpo e do cuidado de si. 2004. Texto apresentado ao GT Educação popular da ANPED. Disponível em: 28reuniao.anped.org.br/textos/gt06/gt06507int.rtf Acessado em: 15 de maio de 2014.

SOUSA, Ana Maria Borges. O Sentido Institucional de acolher: por uma gestão do Cuidado com as Crianças. In: *Ética e Gestão do Cuidado: a infância em contextos de violências*. (Org.) Ana Maria Borges Sousa etall. Florianópolis: CED/UFSC/Núcleo Vida e Cuidado, 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault & a Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto- Proposta e Vicissitudes da Política de Atendimento à Infância e Adolescência no Brasil Contemporâneo. In: *A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. (Org.) PILOTTI Francisco e RIZZINI, Irene. Rio de Janeiro, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e editora, 1995.

ZAPELINI, Cristiane Antunes Espíndola. Rede de Proteção: a gestão do cuidado na atenção infanto-juvenil. In: *Violências, Rede de Proteção e Sistemas de Garantia de Direitos. Módulo 2*. Florianópolis: NUVIC-CED-UFSC, 2010

ANEXO 1

Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Ciências da Educação Curso de Pedagogia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Seu filho está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: Artefatos Culturais e a Pedofilização do Corpo da Infância.

O objetivo desse projeto é conhecer e refletir a partir do olhar das crianças, as práticas culturais que se inscrevem na infância através do seu corpo. Nesse sentido, essa pesquisa tem como foco, analisar os brinquedos que vivenciam as crianças no seu dia a dia, buscando compreender a sua significação a partir do seu próprio olhar, sobre a influência desses em relação à pedofilização dos seus corpos.

O procedimento de coleta de dados será realizado da seguinte forma: Serão realizadas três oficinas com grupo de quatro crianças, que terão em média duas horas de duração, sob o acompanhamento da estudante Ivana Martins da Rosa. Estas oficinas serão gravadas, filmadas e fotografadas, sendo a imagem e a identidade dos participantes preservada. As oficinas serão realizadas no Museu do Brinquedo, localizado na Comunidade Chico Mendes. Para isso, as crianças saíram da escola América Dutra Machado, sob os cuidados da estudante Ivana Martins da Rosa até o local das oficinas e após o término das mesmas, serão novamente conduzidas até o seu local de origem.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar a participação do seu filho (a), retirar seu consentimento ou interromper a participação do mesmo (a) a qualquer momento.

As pesquisadoras irão tratar a identidade do seu filho (a) com padrões profissionais de sigilo. O nome dele (a) ou o material que indique a sua participação, não será liberado sem a sua permissão. Ele (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada no Comitê de Ética e pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina e outra será fornecida a você.

Eu, _____
fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. A professora orientadora

Patrícia de Moraes Lima certifica-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais.

Em caso de dúvidas poderei chamar a professora orientadora Patrícia de Moraes Lima no telefone (48) 3721-2245. Assim como também, a estudante Ivana Martins da Rosa no telefone (48) 9941-9473 ou pelo e-mail ivanamros@gmail.com.

Declaro que autorizo meu (a) filho (a)

a participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e

Assinatura do Responsável

Assinatura do Pesquisador

Florianópolis, de Maio de 2014.